

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT



FRANCISCO IRAPUAN RIBEIRO

ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NA CHAPADA DE IBIAPABA COM
FOCO EM TIANGUÁ, CE.

FORTALEZA
2014

FRANCISCO IRAPUAN RIBEIRO

ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NA CHAPADA DE IBIAPABA COM
FOCO EM TIANGUÁ, CE.

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

Orientação: Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal

FORTALEZA
2014

RIBEIRO, Francisco Irapuan. ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NA CHAPADA DA IBIAPABA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ, CE. / Francisco Irapuan Ribeiro. – 2014. 99 f. : il. color., enc.; capa dura.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia, Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, 2014.

Área de Concentração: Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal.

1. Turismo. 2. Ecoturismo. 3. Turismo de Aventura. 4. Tianguá, CE.

CDD:

FRANCISCO IRAPUAN RIBEIRO

ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NA CHAPADA DE IBIAPABA COM
FOCO EM TIANGUÁ, CE.

Dissertação submetida à Coordenação do
Curso de Mestrado Profissional em Gestão de
Negócios Turísticos da Universidade Estadual
do Ceará, como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em Gestão de Negócios
Turísticos.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese
Curso de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU)
MPGNT/Universidade Estadual do Ceará (UECE)
(Orientador)

Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Rildo Aparecido Costa
Curso de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU)
PPG Geografia/UFMG/CAC Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão

Numa justa homenagem, dedico este trabalho ao ambientalista e inspirador, Prof. Adalberto Pereira da Silva, pessoa imprescindível para que esse sonho fosse possível de realização.

AGRADECIMENTOS

Acredito na ideia do meu orientador Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese, quando nos agradecimentos de sua tese de doutorado, inicia o texto afirmando que, agradecer é o reconhecimento de que a obra, embora tenha sido objeto de muito trabalho do autor, é também realizada “a muitas mãos” direta ou indiretamente. Nesse sentido, partilho meus agradecimentos.

À Deus, que em sua infinita plenitude, iluminou minha vida desde sempre, em especial, para a realização desta importante conquista em tornar-me o primeiro profissional de Educação Física, mestre em turismo no Ceará;

Ào meu estimado orientador, que me concedeu a honra de estarmos sempre juntos, mesmo distante geograficamente. Com rigor científico, e ao mesmo tempo bondoso, atencioso, carinhoso, amigável, responsável, zeloso, ou seja, um amigo conquistado para todo o sempre na minha memória, mas especialmente no meu coração, sendo jamais passível de afastamento e envolto na minha gratidão para toda a existência;

Aos professores Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos - UECE e Dr. Rildo Aparecido Costa - UFU, pelo zelo que tiveram em contribuir com importantes sugestões para este relatório;

À querida Professora Dr^a. Luzia Neide Coriolano, que me acolheu desde o primeiro momento, ensinou-me e ensina a cada conversa. Ressaltando que a mesma, tem sido um marco na história do turismo contemporâneo.

Aos Professores do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da UECE, bem como aos meus colegas de curso, no qual surgiram importantes amizades, para além dos assuntos acadêmicos. Reconheço, como parte dessa família, a nossa querida Adriana, secretária, sempre incontestavelmente solícita;

Aos Professores e alunos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local da Universidade Federal de Uberlândia, UFU;

À minha mãe, Maria Neuza, mulher de humildade exemplar, de beleza incomparável, sou grato pelos carinhos trocados em convivência marcada por afeto incalculável que espero seja por muito mais tempo. Ao meu pai, Vicente Ribeiro, meu grande inspirador de todos os dias, desde os mais remotos;

Ao Marcos Adriano, meu companheiro, que desde a graduação tem sido sempre leal, solidário, compreensivo, por acreditar em mim e reconhecer a importância do crescimento

acadêmico, além da força que tem me dado em todos os momentos de isolamentos para estudos;

Aos meus irmãos Ivone, Aduino, Solange, Eloneida, Jackson e Neilson; em especial, às minhas duas amadas Cilene e Cibele, mãe e filha, que me acolheram em sua residência durante um ano de aulas desse Mestrado, por período indeterminado;

À todos os meus sobrinhos: Samara, Arcanjo Filho, Charles, Rayane, Rayssa, Ronald, Renata Letícia e Tálison, bem como Fátima, minha cunhada, que adquiriu direito de ser amada como irmã e aos seus filhos, Mayck, Renan e Vicente Neto;

Aos professores e aos meus alunos do Curso de Educação Física Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA, Sobral, CE.

Ao querido amigo Sampaio Marx, pelas contribuições de ordem linguísticas e ortográficas desse trabalho, bem como ao geógrafo Manoel Guedes, que muito colaborou para elaboração das figuras contidas neste trabalho.

Enfim, aos residentes do Município de Tianguá, em especial aos moradores da Vila Acarape, que contribuíram para o entendimento da dinâmica da Vila, em seu processo histórico e de turistificação.

"Vivenciar as atividades e os esportes de aventura
é acima de tudo mergulhar na essência
do equilíbrio homem x natureza".

Adalberto Pereira da Silva.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo estudar o ecoturismo e turismo de aventura na Chapada de Ibiapaba, com foco no município de Tianguá, CE. A pesquisa pressupõe uma constante interação com a comunidade e investigação ativa, buscando dar significado e contexto às informações colhidas em campo, junto a residentes e praticantes de ecoturismo e esporte de aventura no município investigado. Para este fim, desenvolveu-se um conjunto de procedimentos para a coleta, a produção, armazenamento e processamento de dados. Esta pesquisa foi dividida em três etapas: na primeira realizou-se revisão de literatura e levantamento/leitura de fontes documentais e cartográficas. Na segunda realizou a campanha de campo, para realização de entrevistas abertas e semiestruturadas, além de cobertura fotográfica, observação direta e visita aos locais pesquisados. Na terceira, os dados foram confrontados com a base teórica e pode-se realizar a redação dos tópicos da pesquisa. Como principais resultados preliminares, pode-se afirmar que do ponto de vista teórico, há uma grande profusão de termos que, por vezes, confundem os estudiosos quanto ao que de fato significa “esportes radicais”, “esportes de aventura”, “turismo de aventura” e outros. Constatou-se que na Vila Acarape, no município de Tianguá, há de fato forte potencial turístico para acolher viajantes interessados na prática do ecoturismo e esportes radicais, mais especificamente o voo livre. Foi possível perceber que o turismo tem beneficiado as áreas onde ocorrem essas práticas, pois há cuidados com o equilíbrio ecológico local. Os investimentos no turismo em Tianguá têm sido predominantemente privados, de forma que o município carece de maiores atenções dos gestores públicos. Por fim, constatou-se que propõe-se ao poder público que elabore campanhas de educação ambiental em parceria com os empreendedores de Vila Acarape, para que os novos frequentadores possam ser sensibilizados quanto à necessidade de proteger os recursos paisagísticos ali existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Ecoturismo. Turismo de Aventura. Tianguá, CE.

ABSTRACT

This work aims to study ecotourism and adventure tourism in Chapada de Ibiapaba to look in Tianguá City, CE. The research involves a constant interaction with the community and active investigation, seeking to give meaning and context to the data gathered in the field, with residents and practicing ecotourism and adventure sport in the city investigated. So, we developed a set of procedures for the collection, production, storage and data processing. This research was divided into three stages: the first one was performed literature review and survey/reading cartographic and documentary sources. In the second one field campaign held for open realization and semi-structured interviews, and photo coverage, direct observation and visit the areas surveyed. In the third one, the data was compared with the theoretical basis and can make the writing of research topics. Main preliminary results, it can be said that the theoretical point of view, there is a profusion of terms that sometimes confuse scholars as what in fact means "extreme sports", "adventure sports", "tourism adventure" and others. It was found that Village Acarape Tianguá City, there is indeed strong tourism potential to accommodate travelers interested in ecotourism and extreme sports, more specifically the free flight. It could be observed that tourism has benefited areas where these practices occur because there care local ecological balance. Investments in tourism in Tianguá have been predominantly private, so that municipality needs a further attention of public officials. Finally, it was found that proposed to the government to develop environmental education campaigns in partnership with entrepreneurs Vila Acarape and new patrons may be sensitized on the need to protect scenic resources there in as well.

KEYWORDS: Tourism. Ecotourism. Adventure Tourism. Tianguá, CE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Tianguá.	17
Figura 2 – Polos ecoturísticos e rampas de voo no Estado do Ceará	39
Figura 3 – Perfil da Chapada de Ibiapaba.....	45
Figura 4 – Vegetação da Chapada de Ibiapaba.....	47
Figura 5 – Hipsometria da Chapada de Ibiapaba.....	49
Figura 6 – Principais características dos municípios do corredor turístico de Ibiapaba.....	54
Figura 7 – Artesanato e suas origens em Tianguá.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parapente: Níveis de Formação, conforme Federação Portuguesa de Voo livre...	37
Quadro 2 – Contexto dos municípios de Ibiapaba.....	51
Quadro 3 – Produção de lavoura em Tianguá	59
Quadro 4 – Produção literária dos autores de Tianguá.....	63
Quadro 5 – Dimensões do turismo sustentável	73
Quadro 6 – Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo 01.....	75
Quadro 7 – Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo 02.....	76

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Escarpas da Chapada de Ibiapaba	42
Foto 2 – Perfil da Chapada de Ibiapaba.....	42
Foto 3 – Entrada do Parque Nacional de Ubajara	53
Foto 4 – Teleférico de Ubajara.....	53
Foto 5 – Entrada da Gruta de Ubajara	59
Foto 6 – Caverna em Tianguá.....	59
Foto 7 – Sindicato dos taxistas de Ibiapaba.....	64
Foto 8 – Rodoviária de Tianguá	64
Foto 9 – Pousada em Tianguá.....	66
Foto 10 – Hotel em Tianguá.....	66
Foto 11 – Vila Acarape, antiga rua da palha	68
Foto 12 – Vila Acarape, área não pavimentada.....	68
Foto 13 – Empreendimento 01 área externa.....	69
Foto 14 – Empreendimento 01 área interna.....	69
Foto 15 – Empreendimento 02 área externa.....	70
Foto 16 – Empreendimento 02 área interna.....	70
Foto 17 – Empreendimento 03 Área de <i>camping</i> com barracas.....	71
Foto 18 – Empreendimento 03 10º Luau da Montanha de 2013	71
Foto 19 – Rampa equipamento 01	72
Foto 20 – Rampa equipamento 03.....	72
Foto 21 – Chalé ocupado por turistas	80
Foto 22 – Margem da BR, entrada da Vila Acarape	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABVL – Associação Brasileira de Voo Livre

AMVA – Associação de Moradores da Vila Acarape

AMAVA – Associação dos Moradores e Agricultores a Vila Acarape

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CBAA – Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura

CECNTC – Congresso Nacional de Turismo Comunitário

CNE – Conselho Nacional de esporte

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNT – Conselho Nacional de Transportes

DIETUR – Departamento Infraestrutura de Turismo

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará

CPADEC – Federação de Parapente e Asa Delta do Estado do Ceará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LOM – Lei Orgânica Municipal

MRTs – Macro Regiões Turísticas

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PNMT – Programa de Municipalização do Turismo

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

STS – Simpósio de Turismo Sertanejo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS	19
2 TURISMO NUMA ABORDAGEM CONCEITUAL	21
2.1 ENTENDENDO O ECOTURISMO.....	25
2.2 ESPORTES NO TURISMO DE AVENTURA	32
2.3 ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NO CEARÁ.....	38
3 TURISMO NA CHAPADA DE IBIAPABA	41
3.1 ESPECIFICIDADES GEOAMBIENTAIS NA IBIAPABA.....	41
3.2 MUNICÍPIOS DA CHAPADA DE IBIAPABA E OS ATRATIVOS.....	51
3.3 OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ.....	55
4 ECOTURISMO E O TURISMO DE AVENTURA EM TIANGUÁ	67
4.1 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM VILA ACARAPE.....	73
4.1.1 Aspectos ambientais	77
4.1.2 Aspectos econômicos	81
4.1.3 Aspectos socioculturais	80
4.2 SUGESTÕES PARA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM TIANGUÁ....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
6 REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem a dinâmica do turismo (ecoturismo e turismo de aventura) na Chapada de Ibiapaba, Ceará, como seu objeto de estudo. Trata-se de um tema pouco abordado academicamente no contexto estadual e que merece maiores atenções por parte da academia e dos órgãos de gestão pública.

O trabalho ora apresentado tem como objetivo, estudar o ecoturismo e o turismo de aventura na Chapada de Ibiapaba, com foco empírico no município de Tianguá, localizado a 350 km de Fortaleza, a capital do Estado.

Tianguá compõem a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Serra de Ibiapaba, criada pelo Decreto s/n de 26 de novembro de 1996. Está situada na biorregião do complexo da Serra Grande, juntamente com os municípios de Chaval, Granja, Moraújo e Viçosa do Ceará, no Ceará.

Importantes discussões e estudos sobre o ecoturismo e o turismo de aventura já foram realizados em diversas regiões do Brasil, mas muitos destinos como Tianguá ainda carecem de atenções acadêmicas, pois ainda não foram pesquisados com a profundidade necessária à compreensão da dinâmica do turismo em escala local.

A pesquisa mostra que o Nordeste brasileiro é uma macrorregião de paisagens complexas, multifacetadas e diversificadas tanto em seus aspectos naturais, quanto culturais. Infelizmente, a midiaticização de uma imagem de litoral tropical contrastando com a semiaridez da Caatinga provocou historicamente certa deturpação da imagem coletivamente construída sobre o Nordeste, que para além destas duas feições geográficas, possui ainda muitas outras composições paisagísticas que são pouco divulgadas e pouco estudadas. É, por exemplo, o caso de suas serras e chapadas.

A estereotipação imagética do interior do Nordeste foca-se mais nos aspectos da aridez e das longas estiagens, que propriamente na importância humana e ecológica do bioma da caatinga, que possui diversas potencialidades produtivas relacionadas tanto às suas feições naturais, quanto ao seu amplo e complexo mosaico cultural.

O turismo pode beneficiar-se desta complexidade, focando-se de fato, em aspectos identitários regionais, tais como: as festas juninas, as peregrinações religiosas, a culinária regional, a musicalidade marcante ou mesmo os costumes cotidianos, como as rodas de conversas nas calçadas das portas de residências.

O Ceará, bem como os outros Estados nordestinos, tinha (e em parte ainda tem) sua imagem representada pelas secas e a falta de qualidade de vida. No entanto, a partir de

meados da década de 1980, com a mudança no cenário político-partidário no Ceará, iniciou-se ampla campanha para que o Estado conseguisse melhorar sua imagem no imaginário coletivo, caracterizando-se não mais pela pobreza ocasionada pelas secas, mas como detentor de potencial para diversas atividades produtivas, dentre elas o turismo, especialmente pelo fato de o Estado possuir extensa área litorânea.

Dessa forma, o turismo despontou como um dos elementos que contribuíram (e ainda hoje contribui) para a desmistificação do Ceará rural, cedendo espaço ao título de “*Ceará terra do sol*”, propício à prática do turismo quase o ano todo, além de possuir climas e paisagens diversificadas.

O Estado cearense já avançou bastante nas suas metas de consolidação de sua nova imagem por meio de ampla divulgação do seu litoral, conseguindo projetar internacionalmente até mesmo algumas de suas praias mais longínquas, como é o caso de Jericoacoara e Canoa Quebrada, localizadas, respectivamente nos municípios de Gijoca de Jericoacoara e Aquiraz. É cabível, portanto, dado o cenário exposto, refletir um pouco mais sobre a configuração do turismo neste Estado para além do segmento “sol e praia”.

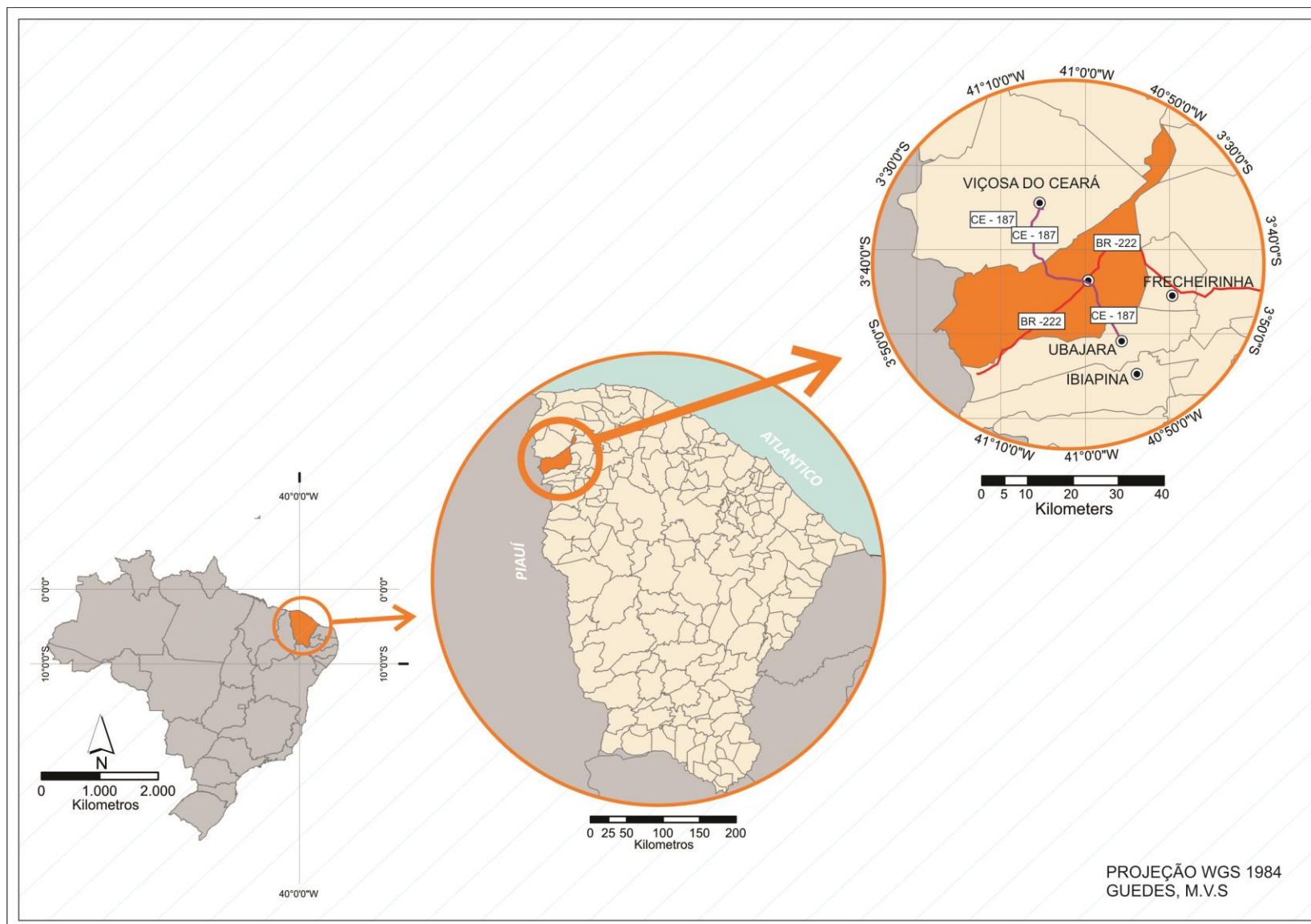
No Ceará existem diversos sistemas de chapadas e serras¹, porém três se destacam por sua extensão e importância geoambiental: Apodi, Araripe e Ibiapaba, objeto da pesquisa. Estes sistemas possuem importantes recursos naturais e cênicos com potencial para a transformação do uso social de seus recursos, que merecem ser analisados sob o olhar crítico e sistematizado da academia, no intuito de contribuir para o aproveitamento de potencialidades turísticas importantes, que esperam por uma atuação profissional voltada para o desenvolvimento local.

O sistema de Apodi localiza-se no sudoeste do Ceará, estendendo-se para o território do Estado do Rio Grande do Norte. O segundo sistema, o da Chapada do Araripe, localiza-se no extremo sul do Estado, abrangendo ainda terras dos Estados do Piauí e Pernambuco. Por fim, tem-se a Chapada de Ibiapaba, na região noroeste do Estado, na qual as atividades de campo da presente pesquisa focaram-se no município de Tianguá.

A Chapada de Ibiapaba, fig. 1, destino turístico muito importante, mas que ainda carece de maiores atenções, tanto por parte do Estado, quanto por parte dos estudiosos do turismo. Eis, a importância deste estudo. Neste ambiente, é possível identificar dinâmicas socioculturais e ambientais diferenciadas, nas quais a modernidade urbana e as tradições rurais, contraditoriamente, contrapõem-se e se complementam.

¹ Conceitos geomorfológicos posteriormente discutidos no tópico 3.2

Figura 1 – Localização do município de Tianguá



Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M. V. S. (2013).

Os contextos do ecoturismo e do turismo de aventura se remetem ao turismo como uma totalidade, ou seja, é necessário articular o caso particular com contexto mais amplo do turismo em si, praticado regionalmente. Nesse sentido, entende-se que existem em toda a Chapada de Ibiapaba e no Município de Tianguá, experiências locais relevantes (embora pontuais) que ao serem entendidas e reorganizadas, poderão contribuir para o desenvolvimento local e regional, bem como para outras localidades semelhantes em outros recantos do Brasil. Deve-se ainda, reconhecer a necessidade de solidificar ações nesse sentido, pois as políticas públicas existentes não alcançam plenamente os aspectos que são relevantes para a promoção do desenvolvimento de bases social e ecológica.

Em 2008, o autor desta pesquisa tornou-se parte de um grupo de estudos sobre ecoturismo e esportes de aventura na região noroeste do Estado do Ceará, vinculado à Universidade Estadual Vale do Acaraú. Portanto, nasceu lá o seu interesse em investigar o ecoturismo e o turismo de aventura na Chapada de Ibiapaba.

Esta pesquisa converge com os interesses profissionais do autor, que se envolve em uma iniciativa acadêmica de contribuição para a consolidação das políticas de turismo na Chapada de Ibiapaba. Espera-se que este estudo possa contribuir com o planejamento e o desenvolvimento do turismo no Estado do Ceará, em uma de suas áreas com maior potencial para o desenvolvimento desse segmento.

Com base nessa problemática, apresentam-se os seguintes questionamentos: Como se configura o ecoturismo e o turismo de aventura na Chapada de Ibiapaba, em especial no Município de Tianguá, CE? O que a Chapada de Ibiapaba oferece como condição ao desenvolvimento do turismo?

Desta forma, definiu-se como objetivo geral estudar o ecoturismo e o turismo de aventura no município de Tianguá. Em termos específicos, objetiva-se:

- explicar a Chapada de Ibiapaba, com enfoque especial no Município de Tianguá;
- identificar os atrativos naturais para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo e do turismo de aventura em Tianguá;
- verificar os impactos socioambientais relacionados a prática turística e suas consequências;
- encontrar caminhos para otimização do uso do espaço turístico com base nos princípios éticos da ecologia e da conservação socioambiental.

1.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Durante a execução da pesquisa ora apresentada, tratou-se de lançar um foco nas particularidades do lugar pesquisado, o que dispensa estudos quantitativos e/ou comparativos. Para tanto, o pesquisador realizou a pesquisa em três momentos distintos e complementares. O primeiro corresponde à revisão de literatura que subsidiou a análise das questões levantadas, levantamentos em fontes documentais e cartográficas.

No segundo passo, realizou-se uma série de trabalhos de campo, durante os quais se entrevistou depoentes, que são moradores locais e/ou empreendedores dos destinos visitados em Tianguá. As entrevistas seguiram os pressupostos teóricos recomendados por Manzini (2004) para o caso das entrevistas semiabertas e Bauer (2002), para o caso das entrevistas narrativas. Entrevistas semiestruturadas são aquelas nas quais o pesquisador segue um roteiro à base de perguntas abertas e fechadas, podendo inserir novos questionamentos caso julgue pertinente durante o ato de interrogar. Por sua vez, as entrevistas narrativas correspondem ao registro de depoimentos de sujeitos sociais que podem, de alguma forma, enriquecer o conteúdo da pesquisa.

Quanto às entrevistas, estas foram gravadas quando o pesquisador percebeu esta necessidade, a fim de possibilitar retorno à informação detalhada, para assegurar maior confiabilidade aos dados e à qualidade da informação. Em outros momentos, apenas foram anotadas, quando se tratou de informações auxiliares.

As entrevistas foram com base em informações anteriormente colhidas em documentos e bibliografias, para nortear os assuntos abordados, sempre direcionados ao campo de atuação do entrevistado. Uma vez feitas as entrevistas, apenas o conteúdo essencial à pesquisa foi selecionado e oportunamente citado no trabalho, de modo a possibilitar a análise.

Ainda nesta fase, foram realizadas várias fotografias para documentar algumas discussões feitas ao longo da narrativa acadêmica, além da aplicação de matrizes de análise de impactos ambientais, criadas com base em autores como: Teixeira (2010); Butery Neto e Gicovate (2005) e Ferreira e Coutinho (2002).

Por fim, o terceiro momento, correspondeu à fase de análise dos dados, elaboração de material cartográfico e redação dos textos ora apresentados.

A dissertação está estruturada em 5 capítulos, dentre os quais se pode identificar, no capítulo 2 que segue a introdução, o conceito de turismo com base nos documentos disponibilizados por órgãos reguladores como: Organização Mundial do Turismo, Ministério

do Turismo e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, bem como o que está baseado nas discussões acadêmicas feitas por pesquisadores do turismo na contemporaneidade.

Em outro momento, tratou-se sobre os segmentos do mercado turístico, inclusive pontuando algumas reflexões sobre a diversidade de práticas deste setor, para em seguida abordar mais especificamente o ecoturismo e o turismo de aventura.

No item no qual se discutiu sobre ecoturismo, em suas bases conceituais e os fatores que estão a ele vinculados, focou-se também em temas correlatos, como: meio ambiente, sustentabilidade e, especialmente, a educação ambiental. Quanto ao segmento turismo de aventura, além de conceitos essenciais aos seu entendimento, deu-se maior atenção à noção de esportes de aventura, pois a atividade turística na área pesquisada foi alavancada pela prática de voo livre, que é uma de suas modalidades.

Na sequência, estabeleceu-se um estudo sobre a relação entre ecoturismo e turismo de aventura, nos quais se localizaram, em figura, os polos de ecoturismo no Estado cearense, a partir da base de dados disponibilizada pela Secretaria de Turismo do Ceará, bem como as rampas de voo livre disponíveis no *site* “Rampas Brasil”², possibilitando delinear os imperativos entre esses segmentos, especialmente, na Ibiapaba.

Para o capítulo 3, por entender a necessidade de tratar mais especificamente sobre turismo não litorâneo, e considerando os aspectos naturais como característica principal de Ibiapaba, optou-se por caracterizá-la por meio da descrição de seu clima, relevo e características geomorfológicas. Estes dados foram em um segundo momento, relacionados com as práticas de ecoturismo e turismo de aventura lá realizadas.

Mais especificamente sobre Tianguá, há um tópico que aborda sobre oferta turística desse município. Mesmo reconhecendo que os ecoturistas e turistas de aventura se concentram nos ambientes naturais, eles estabelecem relações com o município, podendo fazer uso da oferta do município.

Por fim, no capítulo 4, buscou-se entender o contexto do ecoturismo e turismo de aventura no Município de Tianguá, mostrando como estas atividades vêm participando da dinâmica local, mudando (positiva e negativamente) a paisagem e contribuindo para o desenvolvimento municipal.

² Página na internet, onde são disponibilizadas as características das rampas de voo livre no Brasil.

2 TURISMO NUMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Nesse tópic, tratar-se-á de compreender o conceito de turismo, que tem inspirado diversos autores e governos, que desde meados do século XX, têm discutido seu significado a partir de diversas premissas.

No Brasil e em muitos outros países, o turismo vem sendo trabalhado reconhecidamente como uma área de estudos ainda em processo de consolidação. Tem sido normatizado pela Organização Mundial do Turismo – OMT, por marcos legais estabelecidos no âmbito de cada Estado e conceituados por vários autores que apresentam estudos dos mais diversos sobre a múltiplas nuances do turismo.

Em trabalho sobre uma visão crítica dos estudos turísticos, Panosso Netto, Noguero e Jäger (2011) tratam sobre a tentativa de compreensão da complexidade do fenômeno turístico, e realizaram análises do turismo sob várias linhas de pensamento. Os autores advogam que os estudos do turismo devem estar firmemente alicerçados na epistemologia e na filosofia. Afirmam que, por essa razão, os argumentos e conclusões de muitos estudos desmoronam com facilidade e não chegam a alcançar o grau de respeitabilidade tão cobiçado entre as chamadas áreas “duras” ou “científicas” do conhecimento.

Nechar e Panosso Netto (2010), em estudo sobre ciência e turismo, afirmam que esses têm um vínculo potencial para fazer do conhecimento produzido sobre este fenômeno um objeto de estudo, mas além de uma simples área temática, com a relevância de sua incursão em estratégias inter e transdisciplinares de investigação que permitam formular discursos de caráter epistemológico, além de outorgar a consistência científica ao turismo.

Segundo Cruz (2003), o conceito de turismo mudou muito ao longo do último século e seu sentido não pode ser confundido com o de viagem. As viagens sempre existiram na história da humanidade, porém, foi a modernidade urbano-industrial da segunda revolução industrial na Europa (último quartel do século XIX) que a transformou em uma prática planejada a partir das lógicas capitalistas daquele período (PORTUGUEZ, 2010).

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (2011), o turismo na contemporaneidade é composto por atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e permanência em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, para ócio, negócios e outras finalidades. Neste sentido, embora a viagem seja fator fundamental para a compreensão do turismo, ela por si só não caracteriza esta atividade. No entanto, são necessários outros elementos que envolvam a

viagem para que ela possa ser considerada turística. A OMT reconhece ainda a ampla dimensão que o turismo alcançou neste final de primeira década o século XXI.

El turismo representa directamente el 5 % del PIB mundial. El turismo es responsable de más de 230 millones de puestos de trabajo o, lo que es lo mismo, uno de cada doce puestos de trabajo existentes en el mundo. El turismo es, a escala mundial, el cuarto sector en cuanto a volumen de exportaciones, después de los combustibles, los productos químicos y la automoción, y genera más de 1 billón de dólares de los EE.UU. a través de las exportaciones. En algunos países en desarrollo, el turismo puede representar más del 25 % del PIB. En 2012, habrá mil millones de turistas viajando por el mundo. (OMT, 2011, p. 01).

Dias (2008) adotou em sua obra o conceito proposto pela OMT, esclarecendo que a motivação do turismo não pode estar relacionada com uma atividade remunerada no lugar visitado. Por outro lado, Ignarra (2003), ao apresentar seu entendimento sobre o conceito de turismo, amplia a definição normativa da OMT aventando algumas possibilidades de práticas que podem ser consideradas turísticas, como o turismo de negócios, por exemplo, que para muitos pesquisadores não são em essência, atividades vinculadas de forma direta ao setor. Ignarra sugere que o turismo seja considerado como: “deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”. (IGNARRA, 2003, p. 14).

Cruz (2003), após citar as premissas do conceito da OMT, discute ainda outro aspecto relevante sob sua perspectiva. A autora afirma que o turismo, “antes de mais nada, é uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003, p. 5). Ainda sugere que, por ser uma prática social, o mesmo é fortemente influenciado pela cultura.

Essa prática social tem sido considerada um fenômeno, como pensa Sampaio (2004, p. 1) “Al ser un fenómeno es turismo puede ser observado en el contexto histórico, económico-administrativo, sociofilosófico y ambiental. Estos contextos, son interdependientes, interactuando el uno con el otro ya sea complementándose y contradiciéndose”. Para entender o turismo em Tianguá, buscou-se tratar sobre as várias possibilidades enquanto fenômeno baseando-se em Sampaio (2005):

- Histórico, para poder ser compreendido como instrumento, (sendo assim, necessita de manuseio) que facilita deslocamento humano, ou seja, pressupõe coordenação de algumas atividades, tais como hospedagem, refeições e entretenimento, para o evento turístico ocorra.
- Econômico administrativo, está para além de uma atividade utilitarista de uma feição econômica e compensatória dos seus efeitos. Não se trata de “localismo exagerado”,

Esse seria a proposta de turismo numa perspectiva da socioeconomia, entretanto, há outros aspectos considerados pelo autor, como o caso do fenômeno filosófico-político-sociológico.

- Filosófico-político-sociológico, se faz necessário equilíbrio entre o resgate de valores da integridade verdadeiramente humana, discutida na filosofia clássica, tais como: intelectual, estático, moral e espiritual.
- Ambiental, deve-se reconhecer que o mesmo, de certo modo, vem sendo discutido como uma atividade tipicamente econômica (indústria do turismo) que se sobrepõe às atividades de cunho socioambiental, que o autor aborda como (turismo de base comunitária).
- Humano, se trata de ação mais totalizante do que apenas um fenômeno apenas predominantemente cultural, para escapar da perspectiva do lazer e da cultura condicionados pelo utilitarismo econômico vigente.

Nesta perspectiva, ressalta-se que ao longo da segunda metade do século XX, a classe média mundial se ampliou e/ou se consolidou em diversas nações, gerando a criação de um importante mercado potencial para a atividade turística. Este mercado se explica a partir de diversas lógicas do que Santos (2006) chamou de capitalismo informacional. Como o turismo oferece oportunidades para consumidores oriundos de diferentes culturas, com diferentes interesses e com distintos poderes de gasto, a oferta acaba por se segmentar, como forma de abarcar um volume maior de viajantes.

Em outras palavras, para atender aos interesses da demanda e dos empreendedores do setor, o mercado turístico tem se diversificado e segmentado, como forma dar mais identidade a determinadas práticas e a determinados destinos. Segundo Beni (2007), segmentação turística é a técnica estatística que permite decompor a demanda turística em grupos relativamente homogêneos e também a política de *marketing* que divide o mercado (relação oferta-demanda) em partes mais ou menos homogêneas, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores.

Conforme Ansarah e Panosso Neto (2010), o tema segmentação em turismo no Brasil passou a fazer parte dos currículos de turismo com mais frequência apenas na década de 1990. Tal fato se explica facilmente quando se verificam os primeiros estudos brasileiros com esse assunto foram publicados há pouco mais de 18 anos. Identifica-se, assim, um maior avanço neste campo, pois o mercado turístico mundial desde antes de 1950 já aplicava técnicas de segmentação de mercado.

Ainda para Ansarah e Panosso Neto (2010), ao tratarem sobre conceito de turismo, enfatizam que a ideia de segmentar o mercado turístico, em qualquer destino, tem o mesmo

significado semântico, qual seja: identificar pessoas com afinidades e desejos semelhantes que estejam dispostas a consumir um mesmo produto. Os autores afirmam ainda que as empresas turísticas fazem isso, pois podem desta forma conhecer melhor o seu consumidor e assim oferecer melhores produtos, cativando-os.

Ignarra (2003) entende que os critérios para a segmentação dos mercados turísticos variam de autor para autor, sugere que para que um segmento turístico seja específico e se converta em unidade de atuação para estratégia de *marketing*, o mesmo deve reunir requisitos como a homogeneidade, onde agrupe compradores muito similares; substancialidade, que tenha dimensão suficientemente rentável para ser atrativo; acessibilidade, os quais possam ser Acesso ems por intermédio dos meios de comunicação e comercialização.

De acordo com Ignarra (2003), no critério de adequação, torna-se essencial que os segmentos que utilizarem o mesmo produto, sejam afins. E por fim, outro requisito indispensável que trata da quantificação e da capacidade de resposta, ou seja, o segmento deve poder ser medido, quantificável.

Sobre segmentação de mercado, para Ignarra (2003), são: geográficas, relacionadas ao ciclo de vida do destino, demográficas, psicográficas e comportamentais. O mesmo autor sugere ainda o critério de segmentação a partir dos seguintes itens: nível de renda, meio de transporte, duração da permanência, distância do mercado consumidor, tipo de grupo, sentido do fluxo turístico, condição geográfica da destinação turística, aspecto cultural, grau de urbanização e também, motivação da viagem.

Em caderno técnico publicado pelo MTUR (2010), relacionado às segmentações do turismo e do mercado, é apresentada segmentação de base geográfica, demográfica e socioeconômica; psicográfica (de ordem psicológica); conforme padrões de comportamento e ainda conforme padrões de consumo e predisposição do consumidor.

Porém, a forma como o mercado turístico vem se segmentando no Brasil tem recebido críticas de autores como Portuguesez (2005), segundo o qual os segmentos são muitas vezes criados de forma casuística, acrítica e com base em slogans de publicidade e não exatamente em critérios de compartimentação do mercado a partir de estratégias bem planejadas de *marketing*.

Como resultado, surge uma infinidade de termos novos a cada dia para designar segmentos turísticos dos mais exóticos e inusitados. Tempos depois, ainda segundo este mesmo autor, quando estes termos se popularizam, tornam-se camisas-de-força para os estudiosos do tema, que se veem obrigados a lidar e explicar temas e termos que na origem, não foram cunhados nem por acadêmicos, nem para responder a interesses científicos.

A segmentação do mercado turístico (especialização da oferta e formação da demanda a partir de motivações específicas de consumo) depende em larga medida do processo de turistificação dos núcleos receptores, ou seja, da forma pela qual a atividade turística se apropria do espaço e passa a participar de sua dinamização.

Por considerar que este estudo está voltado às práticas de turismo em meio natural, como ecoturismo e turismo de aventura no Município de Tianguá, onde há fortes características dessas práticas, entende-se necessário aprofundar estudo sobre esses segmentos de forma mais específica.

Ressalta-se que não se trata de um local onde as duas práticas se rivalizam ou competem entre si. Pelo contrário, elas se complementam e muitas vezes são praticadas pelos mesmos grupos de viajantes. Há, portanto, certo grau de hibridismo que, contraditoriamente, não descaracterizam o ecoturismo nem o turismo de aventura.

2.1 ENTENDENDO O ECOTURISMO

Conforme Coriolano (2012) o segmento “ecoturismo” surge nos anos de 1980 para atender uma demanda especializada, ligada à natureza, com proposta conservacionista. “Um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, com as populações locais, associa-se a qualidade de vida, proteção dos patrimônios que coloca em prática princípios e intenções do desenvolvimento sustentável.” (CORIOLANO, 2012, p. 149).

Segundo o MTUR (2013), o ecoturismo é o ramo da atividade turística baseado no contato com a natureza, oferecendo atividades relacionadas à sensibilização e à conservação ambiental. O termo foi introduzido no Brasil no final dos anos 1980, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente. O ecoturismo está diretamente ligado ao turismo sustentável, que atende às necessidades dos turistas sem prejudicar as regiões receptoras.

Ainda conforme MTUR (2013), as principais características do ecoturismo são a realização de atividades, tais como caminhadas, mergulhos, trilhas e safáris fotográficos; a proteção e a conservação dos recursos naturais e ainda o estímulo à educação ambiental. São apontados como principais destinos de ecoturismo no Brasil, conforme MTUR (2013): o Pantanal (MT/MS), Chapada Diamantina (BA), Maceió (AL) e Barcelos (AM), ideal para a pesca esportiva. As cidades de Bonito (MS) e Foz do Iguaçu (PR) também encantam turistas brasileiros e estrangeiros com suas belas paisagens naturais.

De acordo com Pires (2005), o ecoturismo estabelece ligações com o turismo cultural e o turismo rural na medida em que a experiência e o produto ecoturístico podem

proporcionar experiências combinadas desses segmentos turísticos, sem, no entanto, descaracterizar-se ou descaracterizá-los. São eles: educativo e interpretativo; lúdico e recreativo; científico e especialista; místico e exotérico e por fim, esportivo e de aventura.

Moreira (2009) considera que o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo técnico-científico, o geoturismo, entre outros, podem estar vinculados entre si, visto que o patrimônio geológico pode ser utilizado por qualquer um destes segmentos praticados em áreas naturais. Porém, cada uma delas tem um conjunto próprio de características que lhe garantem existência própria.

E, portanto, foi justamente devido a esta confusão vocabular que Portuguesez (2005) afirmou que a segmentação turística no Brasil é exageradamente fragmentada, carente de racionalidade, acrítica, confusa e atende muito mais a interesses midiáticos que científicos.

Silva (2007) reconhece o consenso entre os principais autores ao conceituar ecoturismo como o que ele considerou “modalidade que mais se aproxima de uma exploração realmente equilibrada, em seus três elementos básicos para um turismo sustentável”. (SILVA, 2007, p. 265).

Seguindo esse entendimento de Silva, o ecoturismo se mantém sobre os três principais pilares da sustentabilidade: ambiental – porque necessita e busca a conservação dos recursos paisagísticos e naturais; econômico porque procura melhorar as condições das populações das localidades de destino e por fim, social – porque deve ajudar a aproveitar os valores e patrimônios culturais das comunidades envolvidas, estimulando sua ativa participação.

O autor afirma ainda que é necessário não confundir o ecoturismo com o turismo de natureza, que é explorado em massa. Dentre as práticas relacionadas ao ecoturismo citadas por Silva (2007) citam-se:

- Ecotrihas: percurso a pé, relativamente curto, com até um grau médio de dificuldade, conhecendo ecossistemas e paisagens de grande riqueza cênica e interpretativa;
- Montanhismo: recorridos a pé em áreas montanhosas, com um grau médio de dificuldade;
- Caminhadas: passeios geralmente de longo percurso, para apreciação cênica de ecossistemas e paisagens;
- Espeleoturismo leve: percurso em grutas e cavernas com baixo a nenhum risco ou dificuldade;

- Ciclismo: passeios ciclísticos de longo recorrido por estradas ou caminhos de pouco movimento e de elevada beleza cênica;
- Equitação e cavalgadas: ensino e práticas de equitação em ambientes apropriados, podendo ser de média ou longa distâncias;
- Observação de aves: em áreas conservadas em que os turistas possam constatar a presença e comportamento da avifauna.

Para o MTUR (2008), de modo geral, as atividades ecoturísticas buscam atender às motivações específicas por meio de atividades passíveis de serem praticadas com outras finalidades, configurando outros segmentos. Porém, o que caracteriza o segmento são as atividades resumidas em observação e contemplação da natureza, as que podem ocorrer de diversas formas e meios:

a) Observação – exame minucioso de aspectos e características da fauna, flora, formações rochosas e outros, que exigem técnicas de interpretação ambiental, guias e condutores especializados, equipamentos e vestuário adequados:

- observação de fauna – consiste em observar, identificar, estudar comportamentos e habitats de determinados animais, destacando-se: aves, mamíferos cetáceos, insetos, répteis, anfíbios e peixes.
- observação de flora – consiste em observar, identificar, estudar características da vegetação, destacando-se as plantas medicinais, ornamentais, utilitárias e de exuberância paisagística.

b) Contemplação – apreciação de flora, de fauna, de paisagens e de espetáculos naturais extraordinários como as Cataratas do Iguaçu, os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, a Floresta Amazônica, entre outros:

- caminhadas – percursos a pé para fins de contemplação, fruição e observação da natureza, com possibilidade de interpretação;
- mergulho – observação, contemplação e fruição de ambientes submersos, com ou sem a utilização de equipamentos especiais;
- safáris fotográficos – itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais, que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte apropriado;
- trilhas interpretativas – conjunto de vias e percursos com função educativa e vivencial.

O ecoturismo possui características específicas que são compreendidas ao observar que “traz como elemento principal, em diferentes definições conceituais, a interação direta do turista com o ambiente natural e com a cultura local, buscando a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente natural e cultural.” (MTUR 2011, p. 38). Neste sentido, é permitido entender que esse segmento, que possui potencializa a volta ao ambiente natural. Isso envolve o sentimento de voltar a si mesmo, às suas origens.

Como um segmento de mercado turístico ou como uma atividade humana, que se caracteriza por viagens realizadas em meio à natureza, que se utilizam predominantemente dos recursos naturais como forma de atração e de visitação turística, constituindo-se como uma matéria-prima para o desenvolvimento do ecoturismo (BUENO, 2008, p. 04).

Portanto, no ecoturismo, é reconhecido o valor atribuído aos aspectos naturais para sua prática, entretanto, deve ser lembrado que a prática do ecoturismo, existe uma conexão entre ser humano e os outros elementos da natureza. Conforme o MTUR (2011), o principal elemento de indução do fluxo de turistas para um determinado destino, onde se observa a prática do ecoturismo, é a riqueza do patrimônio natural e sociocultural.

Essa indução possibilita experiências individuais que podem servir para sensibilização do ecoturista, ao fazer essa conexão, podendo, inclusive, interagir como o meio ao fazer contato com ambientes naturais. Baseado na ideia de Frederico e Bruns (2012), afirma-se ser o ecoturismo destacado como ferramenta de possível intervenção no patrimônio natural, por meio da dimensão subjetiva e experiencial do ser humano.

Por outro viés, o ecoturismo é também um negócio, e diante disso, tem-se a compreensão de que o ecoturismo não pode abrir mão do lucro, mas buscar o mesmo sem esquecer-se de buscar a sustentabilidade. Diante disso, tem-se a compreensão de que o ecoturismo não pode abrir mão do lucro, mas, buscar o mesmo sem esquecer-se de buscar a sustentabilidade.

Ressalta-se que o ecoturismo, deve ser pautado nas exigências éticas e de sustentabilidade para o mesmo. Sobre isso, Coriolano (2011) sugere que esse redirecionamento a respeito do mesmo evita o triunfalismo das estatísticas avantajadas, que observa apenas as “estrelas” dos hotéis, esquecendo-se das noites estreladas e enluaradas e da contemplação das estrelas no firmamento também como parte do sucesso do ecoturismo.

Zismam (2004) questiona ainda outros aspectos relacionados ao que tem se apresentado como prática ecoturística ao afirmar que existem sérios equívocos no que tange

às práticas, ao planejamento e às atitudes vivenciadas em atividades realizadas em áreas naturais. Urge reflexões que apontem novas perspectivas para uma lógica pautada em possibilidades de superação do lazer “mercadológico” e mal planejado em direção a uma sensibilização ambiental.

Pedrini (2007) afirma que o ecoturismo é como um derivado do turismo responsável que supera a ambiguidade do turismo sustentável. “E o ecoturismo, dele derivado, seria realizado em áreas naturais e controlado pelas comunidades locais gerando benefícios essencialmente para elas e para a conservação da biodiversidade.” (PEDRINI, 2007, p. 251).

Assim, entende-se que se faz necessário refletir sobre questões que comprometam esse entendimento. Um dos fatores observados tem sido essa apropriação do conceito de ecoturismo em detrimento de sua essência. Zisman (2007) reconhece que as divergências filosóficas, ideológicas e conceituais sobre o ecoturismo talvez representem o tópico central a ser equacionado e trabalhado metodologicamente como ponto de partida para o desenho estratégico de programas específicos de educação ambiental.

Conforme Lima Júnior (2012), o ecoturismo é visto atualmente como uma alternativa para conservação ambiental, pois desenvolve a sustentabilidade e cria uma interdependência entre os setores sociais, culturais, econômicos e ambientais. Entretanto, não deve ser visto como a solução dos problemas locais, pois quando o projeto de implantação não atende aos anseios socioambientais, o ecoturismo pode causar impactos que o desvincula de seu objetivo inicial.

Zisman (2007) afirma que embora os princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareça conceitualmente compreendido pelos estudiosos da área, “na prática o trabalho com Educação Ambiental ainda carece de uma visão estratégica que promova seu desenvolvimento em nível nacional.” (NEIMAN, 2007, p. 50).

Sobre a relação ecoturismo com educação ambiental, Xavier (2005) afirma que a prática correta do ecoturismo (aquela que transmite todas as instruções educacionais para que se atinja a forma sustentável e com menor ação impactante do turista) complementa a educação ambiental. A autora ainda afirma que é a partir de uma nova conduta obtida por meio da educação ambiental que se pretende evitar muitos dos acontecimentos trágicos e efeitos maléficos nos locais de visitação destinados ao ecoturismo.

Conforme CONAMA (1999) na lei nº 9795/1999 que trata sobre Educação Ambiental, no Art. 13 onde fornece sobre compreensão de educação ambiental não-formal, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo. (CONAMA, 1999, p. 1).

Nesse sentido, Rodriguez e Silva (2013), ao tratarem sobre a construção do novo paradigma ambiental, ressaltam que o conceito-núcleo é de meio ambiente. Diante desse contexto, os autores relacionam várias definições, sendo que cada uma está vinculada a determinada corrente epistemológica. Assim sendo, os autores sugerem esses conceitos sobre meio ambiente: visão biológica, visão antropocêntrica, meio ambiente como espaço, meio ambiente como representação social, meio ambiente na visão ecologia humana e meio ambiente a partir da visão holística e meio ambiente numa visão global.

Diante dessa perspectiva, entende-se quando a população entender que o pensamento de preservação e de conservação do meio-ambiente não se trata apenas de dever do Estado, pois é função de todos os cidadãos. Ela poderá contribuir diretamente com as questões ambientais. É justamente, nessa perspectiva que este estudo permeia, compreendendo a necessidade de uma visão sistêmica do contexto estudado.

Para Jacobi (2004), o século XXI inicia-se em meio de uma emergência socioambiental, que promete agravar-se, caso sejam mantidas as tendências atuais de degradação; um problema enraizado na cultura, nos estilos de pensamento, nos valores, nos pressupostos epistemológicos e no conhecimento, que configuram o sistema político, econômico e social em que vivemos.

Para Martine (2007), uma população pode ocupar o mesmo espaço de diversas maneiras, que podem ter implicações ambientais significativamente diferentes. Tentar entender quais são as opções de ocupação do espaço e seu significado ambiental é uma maneira de abrir caminhos úteis para a pesquisa e a política, contribuindo, também, para reflexões sobre o que a civilização moderna precisa fazer para alcançar a sustentabilidade. (MARTINE, 2007, p. 181).

Matsushima (1991) propunha a leitura e a transformação concreta da realidade de cada indivíduo, colocando-se, de um lado, a necessidade de suprir as pessoas, independentemente da sua ocupação, formação, categoria social, de certo conhecimento

básico em Ecologia e Educação Ambiental, dentro de uma visão integradora de mundo e de vida e, de outro, a de introduzir atividades que lhes permitam desenvolver o exercício da percepção de si, do outro e do entorno.

Para Carvalho (2004), as práticas agrupadas sob o conceito de educação ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras.

Conforme Rodriguez e Silva (2013), a maioria das definições sobre conceito de educação ambiental frisa que é um processo de aprendizagem e comunicação das questões relacionadas com a interação do ser humano com meio-ambiente, tanto em âmbito global, natural, como no criado pelo homem. Assim sendo, permitiria aos educandos participar de forma responsável na preservação e solução dos problemas ambientais, na gestão do uso de recursos e serviços, bem como para elevação da qualidade de vida e para a conservação e proteção ambientais.

Os autores consultados afirmam que a Educação ambiental surge como uma necessidade no processo de sensibilizar a humanidade de seu próprio desaparecimento e de ultrapassar a crise ambiental contemporânea. Diante desse contexto, Rodriguez e Silva (2013) seguem as diferentes concepções de educação ambiental apoiadas em modelos de educação, dentre elas, tecnicista, comportamental, ética e ético-social.

Como característica do modernismo ecológico, a educação ambiental tecnicista é uma corrente política que considera não ser necessário mudar o sistema sociopolítico do capitalismo, mas que é preciso priorizar sua vertente neoliberal com a aceitação da competitividade, do utilitarismo, do eficientismo e do pragmatismo exacerbado, como elementos fundamentais da visão do desenvolvimento.

Sobre isso Carvalho (2010) pensa que a valorização da aprendizagem de comportamentos ecologicamente corretos surge a partir de conhecimentos de ordem pragmática e utilitária, ignorando a dimensão da emoção, da imaginação e da subjetividade.

Quanto à concepção comportamental, Rodriguez & Silva (2013) consideram esse tipo de concepção uma característica da corrente do ambientalismo pragmático que, embora considere manter sem mudar estruturalmente o regime capitalista, parte da ideia de que apenas as mudanças tecnológicas não são suficientes; que é necessário, além disso, introduzir controle estatal no mercado e influenciar a mudança de comportamentos, dos estilos de vida e dos hábitos de consumo dos seres humanos, limitando o consumismo. Com tudo isso, pensa-se que seja possível implementar o consumo verde.

Referindo-se à Educação ambiental ética, reivindica-se um posicionamento de ordem ética, quanto à dimensão subjetiva dos indivíduos e da cultura. Normalmente, considera-se que a chave da compreensão do problema social está no mundo da cultura, na vida da social em sua totalidade. Nesse sentido, ela é fundamentalmente propugnada pelos movimentos da ecologia radial, como a ecologia profunda (“*deep Ecology*”), a Ecologia Social e outras.

Por fim, a concepção ético-social enfatiza o papel da formação dos indivíduos, não só no âmbito de educação formal como também na aquisição de um sistema amplo e dinâmico de conhecimentos que seriam adquiridos somente na escola, formando-se indivíduos críticos, capazes de entender e também transformar o mundo e a sociedade.

2.2 ESPORTES NO TURISMO DE AVENTURA

Para efeito deste trabalho, entende-se o turismo de aventura associado aos esportes, como sendo um segmento do mercado turístico, pois é composto por um conjunto específico de oferta que se associa a infraestruturas e serviços existentes em um determinado local. Esta oferta diferenciada passa a interessar a uma demanda específica, geralmente composta por pessoas ávidas por aventura, espaços dotados de patrimônio natural protegido/conservado, serviços especializados e seguros, entre outros.

Conforme o MTUR (2008), o turismo de aventura é o segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos de segurança pessoal e de terceiros, bem como o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

Holleben (2009) afirma ainda que o turismo de aventura é um segmento da atividade turística que prioriza o contato com a natureza, por meio de atividades físicas individuais ou em pequenos grupos podendo ser praticada por qualquer pessoa, inclusive as com deficiências, considerando que os processos de segurança são determinantes para a realização das atividades.

Com base na ideia de Uvinha (2005), a expansão mundial do turismo de aventura, está relacionada à expressiva relação entre demanda e oferta, denotando a esse segmento um forte apelo comercial. Ainda conforme o autor, essas atividades são fundadas na associação esporte/turismo, acarretando a especialização dos serviços oferecidos.

Para Schwartz (2012) o turismo de aventura mobiliza famílias, esportistas, acompanhantes e indivíduos curiosos, os quais deliberadamente optam por se envolver em práticas, seja como expectador, como praticante esporádico ou como esportista.

Neste sentido, Pinheiro (2008) afirma que o turista de aventura gosta de atividades em contato com a natureza, da beleza de uma área natural conservada, do prazer de observar a fauna em seu habitat natural, de explorar, descobrir e aprender, de superar obstáculos e sentir o prazer de superá-los.

Retomando ao pensamento de Schwartz (2012), do ponto de vista positivo, pode-se perceber que os gastos com o turismo de aventura podem trazer diversos benefícios de diferentes magnitudes nos quais se destacam as possibilidades de vivência do lazer proativo, imprimindo maior incentivo à prática regular de atividades físicas.

Neste sentido, Paixão e Costa (2009) destacam que o turismo e o esporte de aventura, apesar de se tratarem de duas situações distintas, com objetivos específicos, percebe-se, na grande maioria das vezes, uma tendência entre as pessoas, de interpretar turismo de aventura esporte de aventura como sendo a mesma “coisa”. Sobre o esclarecimento disso pode-se afirmar que o contato com a natureza por meio das práticas corporais é característica comum entre os esportes e o turismo de aventura.

Na perspectiva de Tahara e Carnicelli Filho (2012), alguns cursos de graduação em Turismo e em Educação Física no Brasil têm começado a implantar em suas grades curriculares conteúdos referentes às atividades de aventura. Entre os principais autores que têm desenvolvido estudos sobre o turismo de aventura, merecem destaque os estudiosos da cultura corporal do movimento, em temáticas como educação física, lazer, esportes de aventura.

Tahara e Carnicelli Filho (2012) ressaltam ainda que o turismo e os esportes de aventura vêm alcançando um espaço de maior visibilidade em eventos científicos das áreas, como é o caso do Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA), Simpósio de Turismo Sertanejo, Congresso Nacional de Turismo Comunitário, entre outros. Além disso, o tema se destaca ainda em periódicos especializados nos quais se percebe o crescente número de publicações abordando os esportes e o turismo de aventura.

Importa ressaltar a relação entre os termos aventura, natureza e radical, pois são formas comuns de tratar os esportes estudados neste trabalho. Assim entendendo, reporta-se ao trabalho de Tubino (2010), que consegue agrupar esses termos tratando como “correntes” Aventura/na Natureza/Radicais. E para ampliar as discussões, na sequência, recorreu-se a

outros autores que discutem sobre esses esportes, de forma dissociada, sugerindo especificidades para cada adjetivação.

Conforme Tubino (2010) o aumento ininterrupto do movimento esportivo mundial se deve ao surgimento de novas modalidades esportivas especialmente nas correntes dos Esportes Aventura/na Natureza/Radicais:

Esportes Aventura/na Natureza/Radicais, realizados nos quatro ambientes (terra, água, ar, gelo/neve), são esportes de conquistas individuais e de desafios, em que as manifestações esportivas interagem com fronteiras muito próximas. É uma corrente que, pelos riscos que oferece e as possíveis lesões ambientais que podem provocar, precisa, num país continental como o Brasil, de incontáveis possibilidades, receber regulamentações que possam colocar essas importantes práticas esportivas em caminhos desejáveis. (TUBINO, 2010, p. 59).

O CNE (2007) conceitua como Esporte de Aventura o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Além de enfatizar que são realizados em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), na exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental.

Marinho (2010), ao tratar do tema “esportes de aventura”, afirma que assumem tendências que conduzem a diferentes modos de atuação no momento em que o praticante entra em contato com o espaço que o recebe para a realização das atividades esportivas.

A natureza contemporânea pode ser considerada como território da experiência, afastando-se da contestação inicial. Porém, é importante lembrar que experiência está associada a tentar, testar, arriscar, ou seja, implica em aventurar-se. Pode-se visualizar aí uma espécie de protesto contra um ritmo de vida orientado unicamente para a produção. (MARINHO, 2010, p. 142).

Carvalho (2005), considerando o tema como esportes na natureza salienta que os mesmos surgiram espontaneamente por volta da década de 1960 e se desenvolveram mais a partir dos anos 1970. Acrescenta ainda que atualmente os praticantes conseguem superar estigmas históricos, segundo os quais os esportes na natureza se limitavam ao uso dos espaços não urbanos.

Muitos praticantes se propõem ainda a se engajar também em causas de preservação ecológica, cultural, da geodiversidade e outras. Neste sentido, Carvalho (2005) afirma que no

tempo presente as atividades esportivas têm desempenhado um papel tanto social, como educacional e têm proporcionado algumas mudanças como: a) ocupação do tempo livre em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida e conseqüentemente cada vez mais estressante; b) revitalização de áreas rurais, antes em completa decadência; c) o despertar de interesses políticos e financeiros em todo o mundo, levando à criação deles que regulamentam o acesso e utilização dos variados ambientes.

Uvinha (2001) aponta vínculo da palavra “radical” com a aventura quando sugere que como adjetivação dos esportes, assume gosto comum pelo risco e pela aventura. Sobre o conceito de esporte radical, conforme resolução nº 18, do CONAMA - Conselho Nacional de Esporte – CNE:

Esporte radical é conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. (CNE, 2007, p. 1).

Dentre outras vantagens, Uvinha (2009) sugere que o momento de prática de esportes radicais seria como ‘potencializador’ de um espaço significativo para o jovem em seus momentos de lazer. Podendo ainda ser entendido como elemento para as experiências coletivas, ou como expressão de sentimentos, do gosto pela aventura, da percepção das mudanças físicas pelas quais passa o corpo do jovem e as representações sociais a ele associadas. Desta feita, é possível relacionar a prática dos esportes radicais aos ambientes onde há práticas de turismo de aventura.

Vale ressaltar que conforme Spink, Aragaki e Alves (2005) diferentemente dos discursos sobre turismo de aventura, a atração dos esportes radicais parece situar-se na dialética entre risco e adrenalina. Uma das formas de apropriação dos espaços naturais ocorre por meio do esporte. Esse, por sua vez, assume tendências que conduzem a diferentes modos de atuação no momento em que o praticante entra em contato com o espaço que o recebe para a realização das atividades esportivas.

Uma dessas atividades é o voo livre, abordado por Pimentel (2008), como ritual que pode ser realizado por meio de asa-delta ou, mais recentemente, pára-quedas apropriados, denominados *parapente* (em francês) ou *paraglider* (em inglês). Esses tipos de “asa” envolvem aprendizado próprio, dadas as especificidades técnicas. E, há algumas aproximações como gestos que, conforme Pimentel são “ambiguamente” objetivos e

subjetivos, onde a efetivação consciente das tarefas mínimas (comuns a todos os pilotos) exige formação, que pode, em geral, durar de quatro dias a seis meses.

Paixão *et al* (2010) em afirmativa sobre a prática do voo livre, aliada aos avanços tecnológicos, sugere que ela pode ser realizada com diferentes objetivos e de diversas formas. Afirma ainda que dependendo do nível técnico, o praticante pode utilizar asa-delta ou parapente desenvolvidos para propiciar alta, média ou baixa performance. Sobre essas duas práticas de voo, a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) descreve:

1. Asa delta é fabricada de um tecido resistente (dacron), um trapézio de tubos de alumínio (para controlar a direção), um tubo transversal (para sustentar a asa aberta), a quilha (centro de gravidade), dois tubos angulares na ponta dianteira da asa, um cinto e um mosquetão (para prender o piloto à asa). Um vôo bem-sucedido depende da checagem dos equipamentos, que devem seguir normas de segurança, das condições climáticas e da experiência do piloto, o que requer um curso especializado. Para experimentar a sensação de voar, pode-se praticar um vôo duplo, junto com o instrutor. 2. Paraglider, ou parapente, um pára-quedas inflado com o vento durante o salto de uma rampa, permite apreciar paisagens do alto, em vôo que dura minutos. O paraglider é composto por um velame de nylon, cadeirinha (para proteger a coluna) e linha de comando, que direcionam o vôo. Controlado por duas cordas laterais feitas de aramida, uma espécie de nylon, o parapente tem fácil dirigibilidade e permite muitas manobras. (ABETA, 2013, p. 1).

Sabe-se que há diferenciações nas práticas de asa delta e parapente que constituem o voo livre. Portanto, considera-se que a prática esportiva de asa delta é considerada de alto custo, que consiste em investimento em equipamentos como a própria asa, bem como na aquisição de recursos humanos para decolagem e resgate para o voo. “A Asa Delta é uma aeronave fabricada com alumínio, fibra de carbono e tecido. O piloto voa deitado suspenso sob a aeronave que é dirigida pela deslocação do seu corpo no interior do trapézio. A velocidade de voo varia entre 26 e 130 km/h.” (FPVL s/d, p. 8).

Ao passo que, por ser considerado um esporte de alto risco, oferece maior estabilidade para o voo por ser estrutura rígida, e em caso de problemas na asa, a queda não é em queda livre, ou seja, é aplainada. Enquanto isso, conforme FPVL (s/d) o parapente tem a vantagem de ser mais leve e de fácil arrumação, a sua aprendizagem é mais rápida, decola e aterrissa mais lentamente e em locais menores.

Sobre as condições para o voo, Pimentel (2008), ressalta que o ideal para o voo livre é que as nuvens estejam esparsas, o sol forte e o vento batendo de frente com a rampa numa velocidade de 24 km./hora. Porém, essas condições favoráveis nem sempre acontecem. Conforme a época do ano e os horários, as térmicas, as nuvens e o vento se manifestam de formas diferentes.

Diante disso, e por reconhecer que em Tianguá, há predominante prática do parapente em detrimento do uso de asa delta, optou-se por detalhar no quadro 1, os níveis de formação com base em uma das mais destacadas instituições de preparação para uso de parapente.

Quadro 1 – Parapente: Níveis de Formação, conforme Federação Portuguesa de Voo livre.

NIVEL 01	Adaptação
Tipologia	Compreende uma introdução ao parapente com voo em bilugar. Segue-se prática de destrezas no solo, Voo baixo (Adaptação) e Voo Planado junto ao solo nunca acima dos 10 metros.
Objetivos	Conhecer a nomenclatura da asa de Parapente. Adquirir conhecimentos básicos de aerodinâmica e aerologia. Adquirir conhecimentos sobre segurança em Parapente. Aprender a técnica do inflado de frente (de costas com vento superior ou igual a 15 km). Aprender a descolagem em pendente de escola. Aprender a aterrar.
NIVEL 02	Iniciação
Tipologia	Voo planado (Iniciação). Voo Planado com altitude e distâncias suficientes para manobrar a aeronave com relativa facilidade. Prática de destrezas no solo.
Objetivos	Aperfeiçoamento das destrezas no solo. Voos planados diretos de desníveis superiores. Aquisição de conhecimentos teóricos de meteorologia básica, segurança, legislação aeronáutica, e regras de voo. Aprender a planear um plano de voo. Adquirir progressiva autonomia de voo.
NIVEL 03	Aperfeiçoamento
Tipologia	Voo Dinâmico (Aperfeiçoamento 1). Voo em ascendente dinâmica, permanência de voo com suporte de ascendente originada numa encosta, falésia ou duna, por ação de vento laminar ou de restituição térmica, com distância confortável em relação ao terreno, obstáculos e tráfego (aéreo). Nota: No final desta etapa e após exame final teórico e prático com aproveitamento (realizado pela FPVL), o aluno passa a piloto autónomo - Licença Piloto Nível 3.
Objetivos	Aquisição de competências necessárias ao voo sem acompanhamento por parte do instrutor. Domínio do voo em dinâmico com durações longas. Aprendizagem de técnicas básicas de descida rápida. Aquisição de competências teóricas nas áreas da Meteorologia, Aerodinâmica, Primeiros Socorros, Materiais, Legislação e Regras de Voo.
NÍVEL 04	Voo em Térmica
Tipologia	Realização de voos em térmica com acompanhamento por parte de instrutor. Acumulação de no mínimo 5 horas de voo em térmica.
Objetivos	Aquisição de competências para voo em térmica. Aperfeiçoamento de matérias teóricas relacionadas com a meteorologia e a aerodinâmica necessárias para o voo em térmica.
NÍVEL 05	Alto Rendimento
Tipologia	Voo Distância (Alto rendimento). O piloto recorre a correntes de ar ascendente para viajar para um ponto remoto ao da descolagem (podendo por vezes regressar).
Objetivos	Recolha de Informações meteorológicas e análise, estudo e análise de planeamento de voo. Utilização de figuras (navegação em terreno hostil). Estudo e conhecimento geral aprofundado de lei aérea (cartas de navegação). Treino e manuseamento de equipamentos técnicos específicos. Segurança e Competição.

Fonte: Centro de Atividades de Montanha. <http://www.sam-cam.com/escola.htm#n1>

Após o entendimento do contexto do voo livre em seus enquadramentos conceituais e as características da asa delta e do parapente, aplicou-se esse estudo ao contexto do ecoturismo e do turismo de aventura, no Estado do Ceará. Isso, por considerar que ao compreender o cenário desses segmentos turísticos que mantém relações sempre muito próximas aos esportes de aventura. É neste sentido, que permite lançar olhar mais especializado mais adiante no estudo de caso sobre as experiências do turismo em Tianguá.

2.3 ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA NO CEARÁ

Este tópico tem como principal objetivo mostrar um panorama geral do ecoturismo e o turismo de aventura no Estado cearense, bem como, suas aplicações práticas na região da Chapada de Ibiapaba e, para tanto, foi considerada sua relação com o contexto do Município estudado. Por compreender que nos últimos anos, estudos sobre a prática ecoturística e de turismo de aventura têm sido uma constante em todo o mundo, verificou-se que essa tendência deve-se à valorização do turismo em geral, em especial, os segmentos pontuados pela consciência de desenvolvimento sustentável.

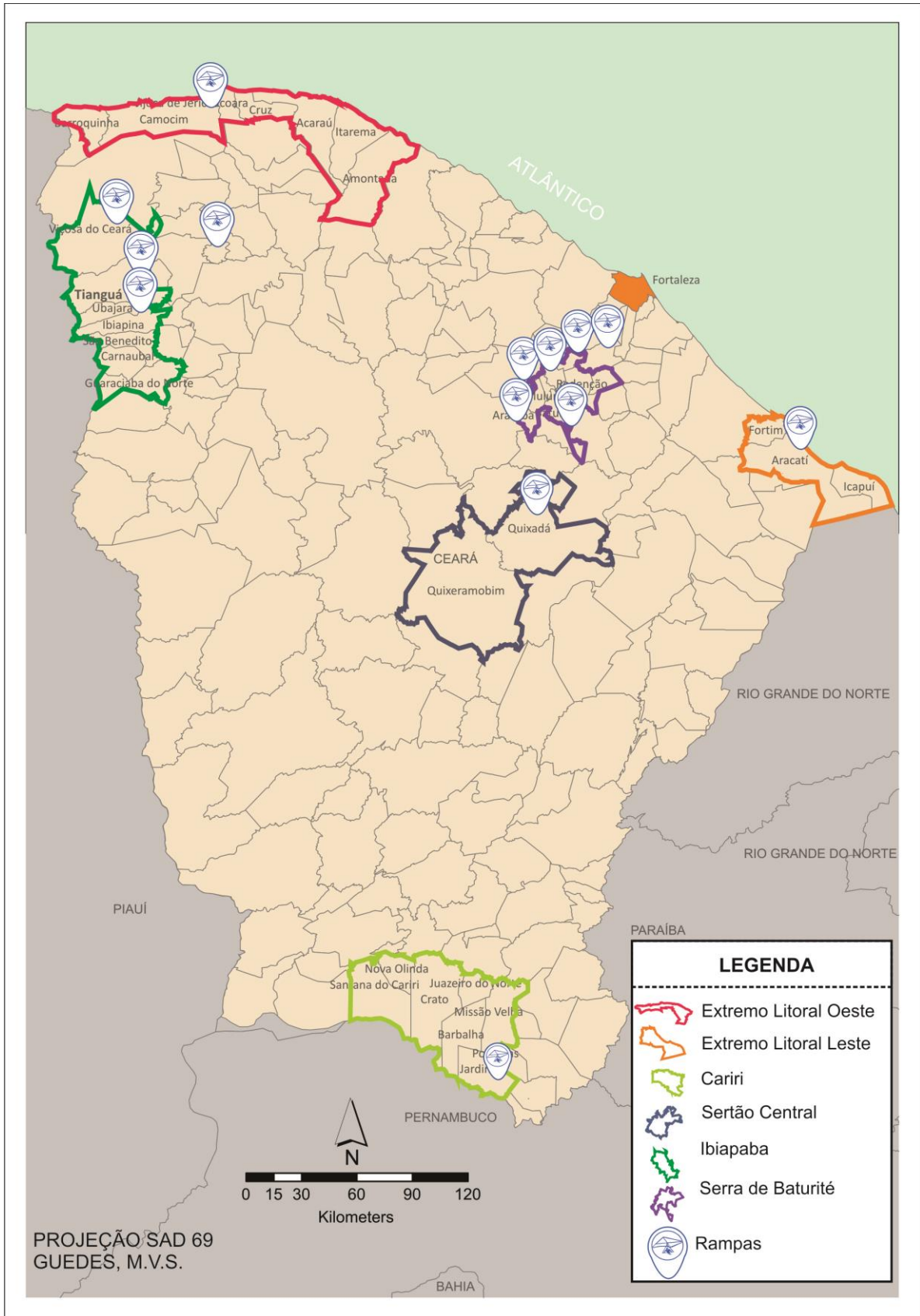
Diante disso, torna-se importante observar que, no Estado do Ceará, as práticas de ecoturismo e de turismo de aventura, compartilham espaços comuns. Por tal motivo, considerou-se relevante a elaboração de uma fig. que possa ilustrar identificar as práticas desses segmentos no Ceará.

Desta feita, reconhece-se que existem no Ceará os diversos locais onde há práticas destes dois segmentos. Entretanto, para o reconhecimento dos dados da figura, tanto os polos quanto as rampas de voo livre, foram elencados apenas os locais devidamente mapeados e que constam em documentos oficiais.

A mesma foi baseada em SEBRAE (2005), onde é possível identificar os polos de ecoturismo no Ceará. Lém disso, foram acrescentadas informações do *site* “Rampas Brasil”, por considerar que neste estudo quando se tratar em turismo de aventura sempre se relacionará ao voo livre.

Na fig. 2, o símbolo do voo livre, identifica os locais onde ocorre turismo de aventura. Assim como, para representar os polos de ecoturismo delineou-se com cores diferentes para representar as regiões ecoturísticas.

Figura 2 – Polos ecoturísticos e rampas de voo no Estado do Ceará



Base cartográfica: IPECE (2005). Organizado por: GUEDES, M.V. S. (2013).

Como pode ser visto na fig. 2, em todos os polos onde há prática de ecoturismo há também de turismo de aventura. Na região do sertão central cearense, aos municípios de Quixadá e Quixeramobim, identifica-se o polo de Ecoturismo "Vale Monumental do Ceará" bem como a rampa do Morro do Urucum, em Quixadá.

O Ecoturismo da Serra de Baturité ocorre mais marcadamente nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção. Nestas localidades podem ser encontradas rampas de voo que variam de 280 metros de altitude em Aratuba com 280 metros de altitude e com possibilidade de voo o ano todo, até 621 metros em Guaramiranga com voo propício nos meses de dezembro a março. Outros rapas podem ser identificadas como: Maranguape; rampa do Urubu em Pacatuba; Palmácea e Redenção e Itacima.

No Cariri, o ecoturismo abrange os Municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e a rampa Cruzeiro da Mãe Bioca – Jardim. Possui 880 metros de altitude, 586 km de Fortaleza, sua rampa é natural e melhor época de voo de Junho a Janeiro.

No extremo Litoral Oeste, que abrange os municípios de Acaraú, Barroquinha, Camocim, Cruz, Itarema e Jijoca onde está localizada a rampa de voo de Jericoacoara, embora observe-se que essa rampa não está devidamente registrada ABVL³.

Extremo Litoral Leste, o polo ecoturístico abrange os Municípios de Aracati, Fortim e Icapuí. A rampa de voo por sua vez situa-se na praia do Morro Branco em Beberibe. Conforme ABVL (2013) a rampa fica distante 100 km de Fortaleza onde é possível realizar decolagens até mesma da praia, ou mesmo na rampa de parapente.

Quanto ao ecoturismo na Chapada de Ibiapaba, os Municípios de Carnaubal, Ibiapina, Ipu, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará; Rampa Sítio do Bosco – Tianguá com 775 metros de altitude, 310 km distante de Fortaleza, rampa em grama e com melhor época para voo de Junho a Dezembro. Ainda há as rampas do Valdir Tianguá; Mirante Ibiapina e Itarumã em Viçosa do Ceará.

Conforme dados da SETUR-CE (2005), os polos ecoturísticos que compreendem a Chapada de Ibiapaba, são os principais atrativos, os naturais como: Bicas, cachoeiras e nascentes/Parque Nacional de Ubajara/fauna e flora/florestas úmidas e de caatinga/grutas/mirantes/APA, de Ibiapaba. Assim se reconhecendo que é possível relacionar a região com o ecoturismo.

³ Associação Brasileira de Voo Livre ABVL.

3 TURISMO NA CHAPADA DE IBIAPABA

Quando se lança olhar sobre a Ibiapaba no Ceará, é possível identificar heterogeneidade das suas potencialidades, dentre elas as relacionadas ao turismo. Diante disso, trata-se de demarcar neste capítulo um Ceará turístico. Portanto, para essa fase da dissertação, foi relacionado à natureza como destino turístico no interior do Ceará, onde então foram abordados assuntos como sua formação vegetal, fatores climáticos e geomorfológicas de Ibiapaba.

Para tanto, ainda se tratou sobre um breve perfil devidamente ilustrado dos principais municípios da chapada, dentre eles, Tianguá, sendo logicamente, pormenorizado em seus usos turísticos, priorizando os aspectos relevantes da oferta turística. Ressalta-se que todos os itens elencados para este capítulo estão diretamente relacionados aos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura em Tianguá, o que se considera que os praticantes desses segmentos são usuários da oferta turística existente nesse município.

3.1 ESPECIFICIDADES GEOAMBIENTAIS NA CHAPADA DE IBIAPABA

Na Chapada de Ibiapaba, o turismo é favorecido pelos aspectos naturais locais: clima, exuberância da flora, relevo, além dos aspectos culturais, que também são bastante atrativos. Porém, a consolidação dos destinos turísticos da chapada requer maiores atenções do poder público em favor da elaboração de políticas de valorização e proteção dos recursos ali existentes. Acredita-se que assim será possível lograr maior desenvolvimento em escalas local e regional.

Sobre esse ponto de vista Portugal (2012) considera que o planejamento turístico deve comprometer-se com a manutenção do equilíbrio ambiental e com a harmonia forma-funcional da paisagem, na medida em que cada vez mais, os recursos naturais não-renováveis vêm sendo esgotados nas mais variadas escalas e, ao mesmo tempo, os renováveis vêm sendo explorados de forma muito intensiva, gerando muitas vezes a simplificação da complexidade ecossistêmica e, assim, condenando grandes áreas à degradação irreversível de suas potencialidades e de seus recursos.

Ab'Saber (2007), ao citar as altas escarpas estruturais da Serra Grande de Ibiapaba (fotos 1 e 2), afirmou sobre a possibilidade de adequação dos elementos paisagísticos do Nordeste Brasileiro para fins recreacionais. Sugeriu que os recursos da região pesquisada “poderiam ser melhor preparados para receber as atenções do país inteiro, através de uma adequada e original infraestrutura de turismo e lazer (ecoturismo).” (AB’SABER. 2007, p. 15).

Chapada de Ibiapaba

Foto 1 – Escarpas da Chapada de Ibiapaba



Foto 2 – Perfil da Chapada de Ibiapaba



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Silva e Rodriguez (2011), ao tratarem do conceito de geologia da paisagem, afirmaram que este tem como objeto de análise a paisagem natural com enfoque geocológico. A paisagem, nesta perspectiva, é interpretada como uma conexão harmônica de componentes e processos, intrinsecamente integrados. Nesse sentido, a sua análise e interpretação requerem uma abordagem sistêmica.

Estas noções e descrições se tornam necessárias na medida em que será a paisagem local que os visitantes contemplarão desde o solo, na prática ecoturística, quanto durante os voos esportivos. A paisagem local, na qual predominam os elementos naturais protegidos, apresenta um outro recorte geográfico do Ceará para os visitantes que buscam a chapada para desfrutar momentos de lazer, distração, descanso e aventura. Segundo Portuguez (2013):

Para os estudos da Geografia do Turismo, este conceito [paisagem] assume papel de forte centralidade, pois são muitos os estudos sobre espaços receptores que a ela atribuem forte significado. A paisagem surge nesta abordagem como a dimensão visitada do espaço. É onde o turismo se materializa por meio de novas formas e novos usos dos destinos; é ela que possui (ou não) potencial atrativo e é ela que se degrada com os fluxos excessivos. Para Milton Santos, a paisagem representa o mundo que se vê desde onde se está, no momento que se o observa. É “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1996, p. 61). Sendo a paisagem o que se vê, o referido autor entende que ela seja a dimensão concreta do espaço, apreendida pelos sentidos sensoriais de um observador que a interpreta a partir de suas óticas culturais e intelectuais e, ainda, a partir do local de onde o sujeito realiza a observação (desde o solo, do alto de um edifício, a partir de um sobrevoo... enfim). PORTUGUEZ, (2013, p. 4).

Diante deste contexto, na intenção de possibilitar o entendimento do potencial paisagístico da Chapada de Ibiapaba para a consolidação do ecoturismo e turismo de aventura, realizou-se uma breve caracterização da vegetação, do clima, da geodiversidade, da geomorfologia, bem como sua localização, aspectos humanos, legislação pertinente à sua proteção e gestão, entre outros temas.

De início, convém relacionar os conceitos de chapada e de planalto. Para Dantas, Armesto e Adamy (2008), planaltos são superfícies pouco acidentadas, constituindo grandes massas de relevo arrasadas pela erosão, posicionadas em cotas mais elevadas que as superfícies adjacentes. Quando modelados em rochas sedimentares antigas, recebem a denominação de “chapadas”, que são superfícies tabulares alçadas, ou relevos soerguidos, planos ou aplainados, incipientemente dissecados. Os rebordos dessas superfícies, posicionados em cotas elevadas, são delimitados, em geral, por vertentes íngremes a escarpadas. Apresentam internamente amplitudes de relevo e declividades de baixas a moderadas e baixa densidade de drenagem.

Do ponto de vista geomorfológico, conforme Guerra e Guerra (2010), a chapada é um planalto sedimentar típico, pois trata-se de um acamamento estratificado que em certos pontos está nas mesmas cotas da superfície de erosão. Os autores afirmam que “No nordeste brasileiro as chapadas podem corresponder ao verdadeiro testemunho da antiga cobertura cretácea dessa área. Constitui o que se denomina chapada residual”. (GUERRA e GUERRA, 2010, p. 136).

As chapadas sustentadas por rochas sedimentares representam uma antiga cobertura sedimentar marinha de idade cretácica que recobriu grande parte da Depressão Sertaneja...” [...] “A Chapada de Ibiapaba, na divisa entre Ceará e Piauí (em cotas que variam entre 600 e 900 m), está sustentada por rochas mais antigas da Bacia do Parnaíba. Em contraste com as superfícies aplainadas, os topos das chapadas apresentam solos profundos e com melhor capacidade de armazenamento de água.” (SILVA, 2008, 45).

A Chapada de Ibiapaba tem sido muito frequentemente chamada também de “serra”. Beni (2007), ao conceituar chapadas como: “forma de relevos tabulares constituídas por uma cobertura sedimentar que recobre o escudo cristalino” (BENI, 2007, 303), as distinguem de serras, que segundo este autor são conjuntos de elevações com escarpas íngremes, apresentando algumas vezes elevações consideráveis.

Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto (2007) refletiram de forma diferente, argumentando que as chapadas são em verdade, um subtipo de serras. Segundo os autores, há dois tipos de serras, ambas com seu arcabouço constituídos por rochas cristalinas, metamórficas e/ou ígneas, porém, a chapada em particular possui topo aplainado, com predominância de rochas sedimentares.

A Chapada de Ibiapaba está inserida no contexto da bacia do Parnaíba, que é apontada por Ross (1985) como um modelado complexo:

Todo limite sul e oeste desta unidade é marcado por contato com as depressões circundantes através de escarpas caracterizadas por frente de cuesta, enquanto o limite norte coalesce com praticamente toda extensão com os terrenos baixos da bacia amazônica. O sul desta unidade é marcado pela frente de Cuesta do Ibiapaba ou Serra Grande do Piauí, mas mostra para o interior da bacia outros degraus menores correspondentes a frentes desdobradas (ROSS, 1985, p. 31).

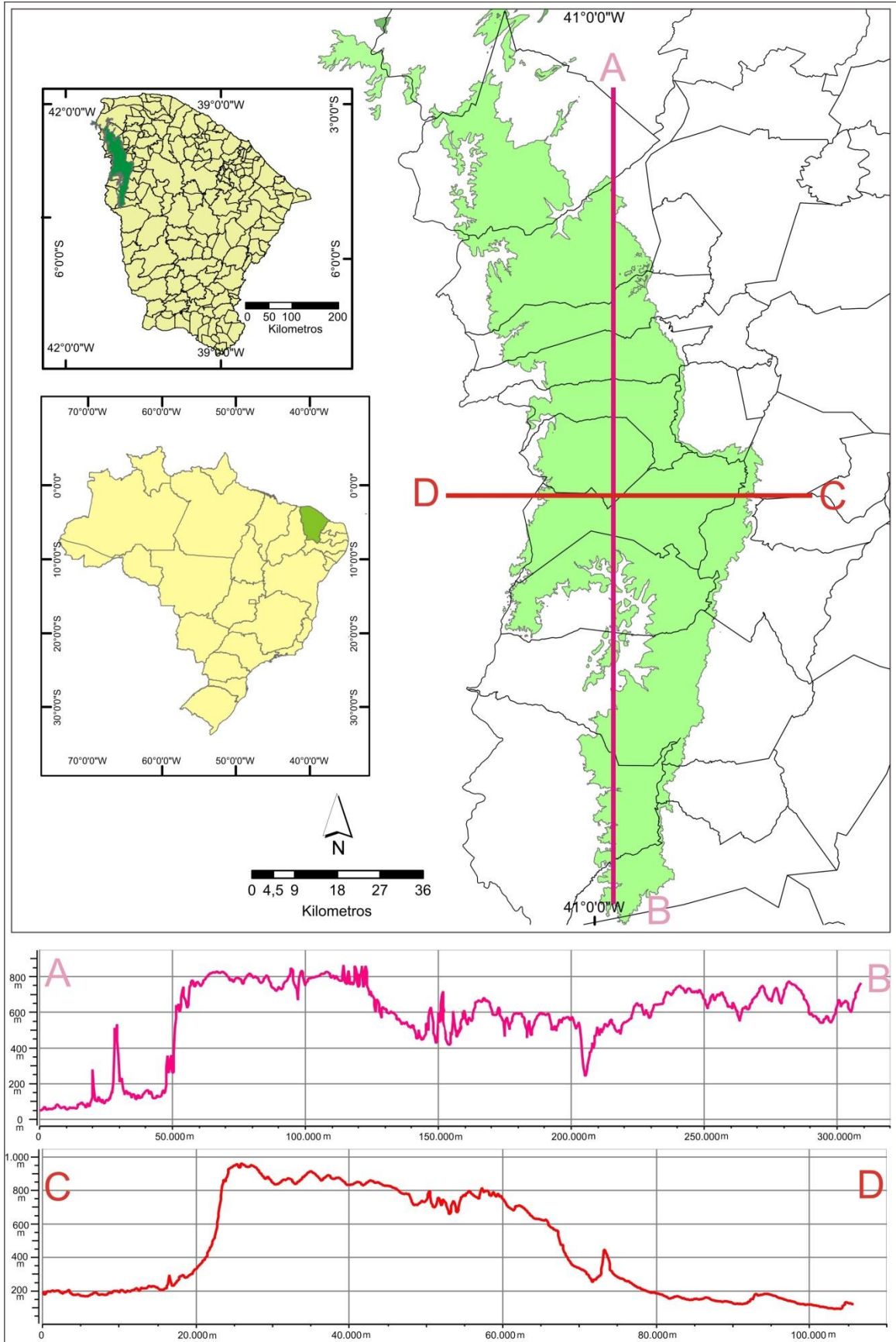
Ainda sobre os aspectos geomorfológicos, em estudos conclusivos de pesquisa sobre a evolução do relevo do noroeste do Ceará, Claudino-Sales e Lira (2010) sugerem a existência de um cenário evolutivo com ocorrência local de uma diversidade de paisagens geomorfológicas, algumas espetaculares, como é o caso do *Glint* de Ibiapaba.

A fig. 3, que segue, mostra dois perfis da chapada, um traçado no sentido N-S (latitudinal) e outrop no sentido E-W (longitudinal). Ambos os perfis mostra claramente o papel definidor da paisagem, exercido pelas frentes de custas, que rompem o padrão de altitudes de forma muito significativa. E serão justamente estas frentes, com as diferenciações na altimetria, que possibilitarão a existência de impressionantes mirantes naturais e locais adequados para a prática dos voos livres.

No sentido latitudinal (perfil A-B), vê-se que do litoral para o interior há uma repentina elevação nas altitudes, o que possibilita ao visitante uma percepção de espaço e paisagem bastante diferenciada em relação ao litoral (localizado a norte da chapada).

Por sua vez, no sentido longitudinal, as altitudes mais suaves ocorrem da parte mais alta da chapada em direção ao Piauí (Perfil D-C). Em direção ao oeste, as delividades são mais bruscas formando as rampas pedimentadas que são priopocícias para a as práticas de voo livre.

Figura 3 – Perfil da Chapada de Ibiapaba



Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

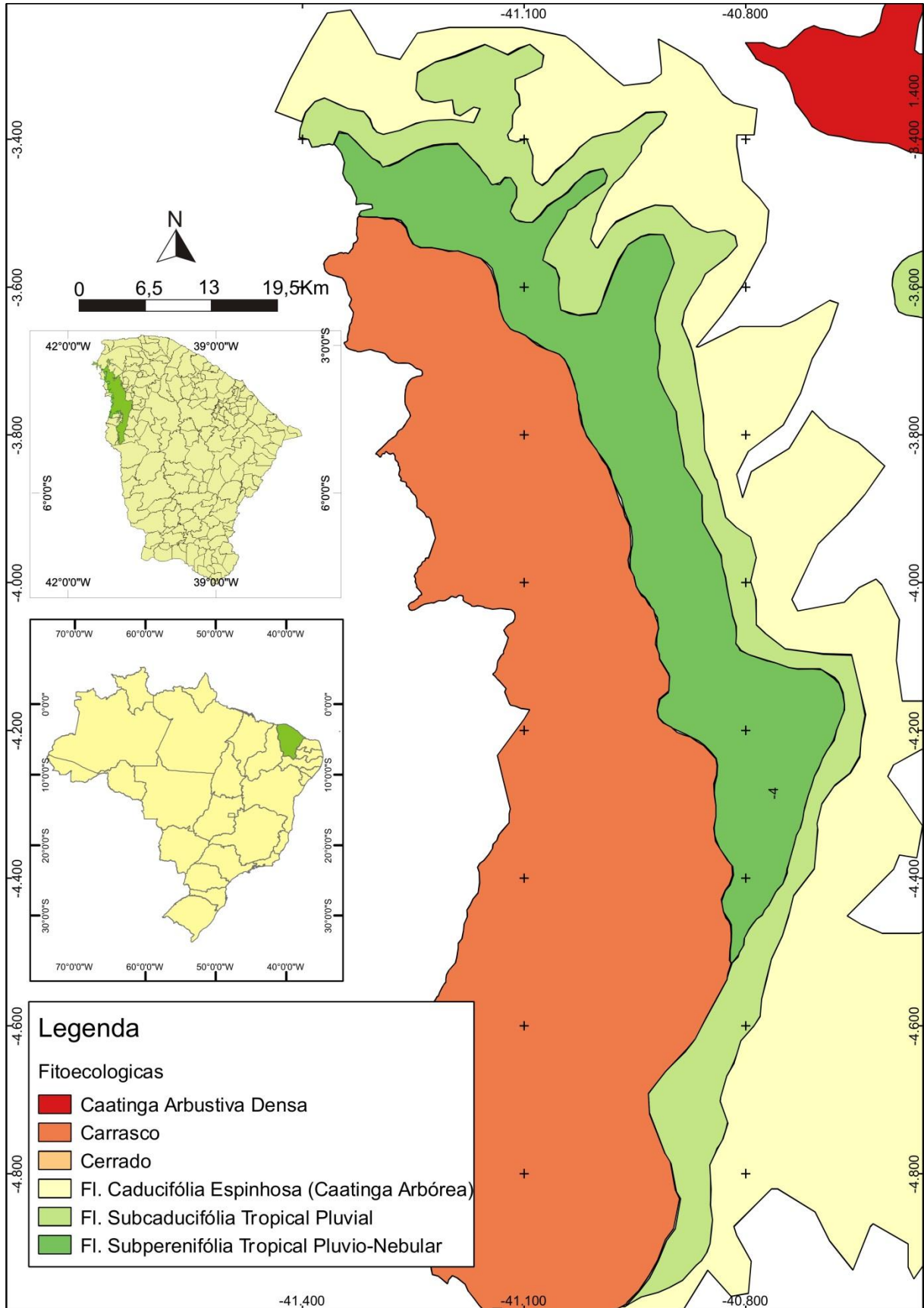
A geodiversidade (diversidade geológica e geomorfológica) possui diversos fatores de valorização, porém são poucos os estudiosos que se atentam para a necessidade de estudá-la e preservá-la, pois muito frequentemente, os discursos conservacionistas apoiam-se basicamente na diversidade da fauna e da flora. Uma de suas maiores importâncias, é científica em sentido lato, assim como a educativa, onde os educadores ambientais utilizam do ambiente em que estão para promover o entendimento da paisagem.

De acordo com Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto (2008), isso se deve a uma visão incompleta daqueles que trabalham com a natureza, que desvalorizam as ações de conservação ambiental, preocupando-se apenas com os seres vivos. Perante isto, percebe-se que o homem não tem a devida preocupação com o local onde habita, pois acredita que o mesmo está à sua inteira disposição, como se tudo que nele existe pudesse simplesmente ser tratado como meros recursos. Por isso “torna-se necessário o conhecimento sobre geodiversidade para a contribuição com a preservação do meio ambiente, para entendimentos das limitações existenciais.” (SILVA et al 2008, p.196). Portanto a geodiversidade não é apenas uma forma de identificar paisagens, mas também um caminho para valorizá-las ecologicamente, socialmente e economicamente.

O turismo e o lazer podem ser atividades aliadas da conservação ambiental, levando-se em consideração a diversidade de recursos paisagísticos de uma determinada localidade. Pode associar-se inclusive à educação ambiental, assumindo assim, um papel pedagógico importante. Nasce desta percepção integradora, o conceito de geoturismo, ou seja, a prática turística voltada para a apreciação e interpretação do patrimônio geológico-geomorfológico de uma determinada localidade.

Na fig. 4, é possível identificar as características dos tipos de vegetação primária existentes na Chapada de Ibiapaba, que conforme Santos e Souza (2012) são: caatingas densas, “carrascos” e matas plúvio-nebulares. Os autores, ao identificarem o alto grau de erosão, sugerem que estudos sejam integrados para identificar os vetores de degradação estabelecendo critérios para a recuperação da qualidade ambiental local. As ações visando à sustentabilidade podem ser utilizadas no âmbito do planejamento ambiental. Nesse viés, a prática do ecoturismo torna-se uma alternativa para possibilitar o uso racional dos recursos naturais.

Figura 4 – Vegetação da Chapada de Ibiapaba



Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

Souza e Oliveira (2006) enfatizam que o reverso imediato de Ibiapaba contrasta para oeste com o “carrasco” e para leste com as terras dos sertões rebaixados, recobertos por caatingas onde nos pés-de-serras sub-úmidos a mata subcaducifólia se associa com caatinga arbórea densa. No reverso seco, quando há sensível diminuição da influência do clima úmido, passam a prevalecer solos concrecionários e neossolos quartzarênicos recobertos pelo “carrasco”.

As características ecológicas se modificam de maneira significativa entre os diferentes ecossistemas desta localidade. O uso e ocupação agrícola do espaço são praticamente inexpressivos, dadas as características restritivas da Unidade de Conservação ali existente. Convém considerar ainda outro aspecto importante de Chapada de Ibiapaba, que está relacionado aos seus tipos de solos. Em estudo realizado por Costa *et al* (1993) são:

A) Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico: São solos com horizonte B Latossólico, não hidromórfico, de baixa fertilidade natural. Os perfis, em geral são profundos ou muito profundos, bem drenados, normalmente resistentes à erosão. São utilizados na área com cultivo de maracujá, batata, culturas de subsistência e pastagem.

B) Areias Quartzosas Distróficas: Compreendem solos arenosos, essencialmente quartzosos muito profundos, excessivamente drenados, forte e moderadamente ácidos e de baixa fertilidade natural. São aproveitados ao uso em pequena escala, sendo usados na área como culturas de subsistência.

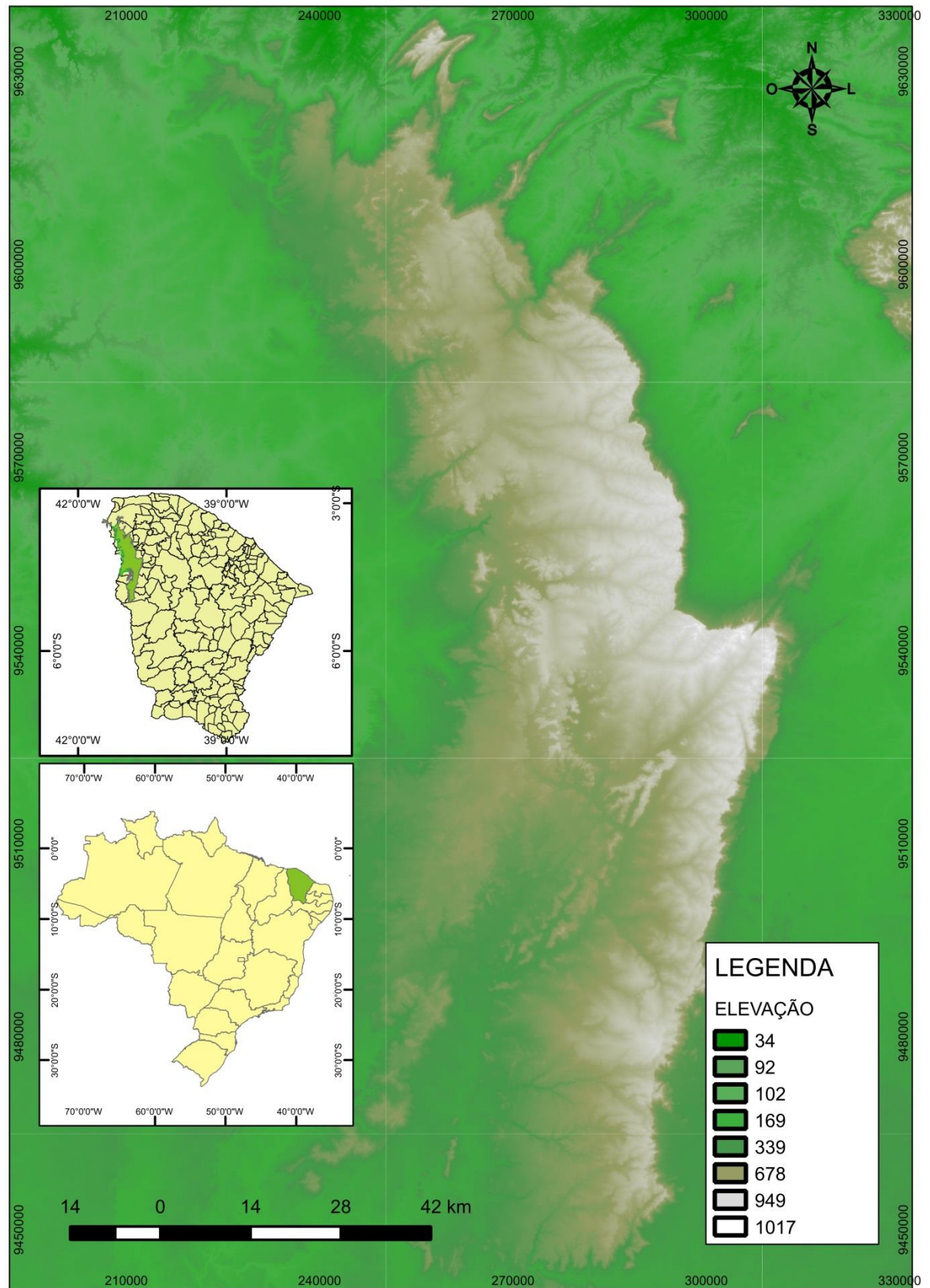
C) Areias quartzosas: São solos mais ou menos profundos de textura arenosa, com elevados teores de matéria orgânica nos horizontes superficiais. Encontram-se permanentemente úmidos devido a serem localizados às margens dos rios e riachos. Estes solos encontram-se intensamente cultivados com cana de açúcar e hortaliças.

D) Solos Litólicos Distróficos: São solos pouco desenvolvidos, com horizonte superficial assentado diretamente sobre a rocha ou sobre materiais provenientes desta rocha em adiantado Estado de intemperização. São rasos, de baixa fertilidade natural, com espessura entre 6 a 55 cm e textura variando de arenosa a argilosa. Em sua área de ocorrência geralmente aparece bastante pedregosidade e rochiosidade na superfície, sendo utilizada em pequena escala com culturas de subsistência. (COSTA *et al*, 1993, p. 200-201).

A fig. 5 mostra a hipsometria da Chapada de Ibiapaba. Conforme CETREDE (1976), as maiores altitudes abrigam uma vegetação mais densa de água. À medida que diminui a umidade em relação à menor altitude, a cobertura florística toma uma posição de transição floresta/caatinga, até esta atingir o seu maior grau de xerofitismo⁴, no sopé da escarpa.

⁴ Conforme Duque (2004) trata-se da propriedade das plantas guardarem a água e as suas reservas, já que o solo e o ambiente físico não permitem ou não têm essa faculdade.

Figura 5 – Hipsometria da Chapada de Ibiapaba



Base cartográfica: IBGE (2001). Organizado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

O carrasco, vegetação predominante na área estudada, “é uma vegetação xerófila arbustiva densa alta, ainda pouco conhecida, que ocorre no domínio semiárido do nordeste do Brasil, sobre areias quartzosas distróficas profundas, entre 700 e 900 m de altitude, no planalto de Ibiapaba.” (ARAÚJO, MARTINS E SHEPHERD, 1999).

Cerca de 15 a 18 km ao poente de Tianguá, na Serra de Ibiapaba, começa o carrasco com a largura aproximada de 25km, até um lugar chamado Queimadas na Rodovia BR; no sentido do comprimento, o carrasco acompanha a linha divisória Ceará-Piauí, abrangendo áreas dos dois Estados, na extensão de 175km, desde a Serra do Arco, ponta oriental de Ibiapaba, até o Boqueirão do Poti (via férrea Oiticica-Ibiapaba). São cerca de 4.992km². (DUQUE, 2004, p. 133).

Sobre os aspectos climáticos, conforme Costa, Silva, e Melo (1997), predomina na Chapada de Ibiapaba o clima subúmido tipo Amw Classificação de Köppen), com pluviosidade de 1.200 mm/ano, cerca de 90% nos meses de janeiro a junho, e os outros meses do ano com estiagem. Sua temperatura média anual é de 23,5°C, médias das máximas de 28°C e mínimas de 18°C, sendo que as temperaturas mais amenas ocorrem nos meses de junho e julho.

Este padrão climático, tipicamente tropical, possibilita a ocorrência de correntes de ventos acidentados nas bordas da chapada, que sustentam a atividade do voo livre. Para que a prática seja considerada segura, os ventos devem ser moderados, o céu deve estar predominante com tempo aberto e as tempestades devem ser evitadas. Neste sentido, a climatologia local contribui para o potencial regional para a prática do turismo de aventura, pois oferece as condições ideais para a sua prática segura, permitindo não só o voo propriamente dito, mas também a contemplação da paisagem desejada pelos praticantes.

Esses aspectos naturais podem ser entendidos como fatores de motivação turística, tanto para o ecoturismo, como para o turismo de aventura, pois ambos possuem práticas e atividades intrinsecamente relacionados à contemplação e interpretação da paisagem.

A associação entre fatores naturais como o clima, o relevo e os solos, geram ditam os padrões de cobertura vegetal de cada subsetor da Chapada de Ibiapaba. Será justamente esta diversidade paisagística que a tornará atraente para os amantes da natureza, além de proporcionar visões marcantes para os praticantes de voo livre, que desde o alto, podem contemplar toda a exuberância da região.

3.2 MUNICÍPIOS DA CHAPADA DE IBIAPABA E OS ATRATIVOS

Considera-se que todos os municípios da chapada possuem esses aspectos, insistiu-se em especificar neste estudo, as múltiplas potencialidades de Ibiapaba, para tanto, optou-se por legendar no quadro 2, a principal característica de cada Município, dentre eles, Tianguá, em fig. 6.

Diante deste contexto, entende-se que seja necessário reconhecer suas possibilidades de práticas turísticas, portanto, segue a identificação dos municípios da chapada, com seus principais atrativos turísticos na fig. 6, bem como informações a respeito dos investimentos em infraestrutura para o turismo do ano 2001 a 2010 por meio de dados do relatório decenal dos anos 2.000 a 2.010, organizado nos arquivos do DIETU⁵.

Quadro 2 – Contexto dos municípios de Ibiapaba

Município	Investimento turístico
Viçosa do Ceará	De 2001 a 2012, 1.536.896,00 aplicada em urbanização do açude grande de cajazeiras, construção de quatro praças públicas, reconstrução de pavimento em pedra tosca em diversas vias urbanas e aquisição e aplicação de areia asfáltica.
Guaraciaba do Norte	Quanto aos investimentos em infraestrutura, entre os anos de 2001 ao ano de 2010, foram usados 12.562.70,00 do Ministério do Turismo, para Construção de três praças públicas, em um bairro, no centro e no distrito de Mocambo, construir um polo de eventos na sede do Município e construção da primeira etapa de praça pública em distrito, construção da primeira parte da passarela na margem direita da CE 187 em direção ao Município de Ipu, entrada da cidade e segunda da mesma, de pavimentação além de continuação de rua.
Carnaubal	Quanto ao investimento na infraestrutura turística, Carnaubal, do ano de 2001 a 2010, foi realizado investimento da verba para infraestrutura turística no total de 2.143.500,00, sendo o mesmo, destinado à: construção de três praças públicas, construção da segunda etapa de praça, pavimentação de vias, pavimentação asfáltica de uma avenida.
São Benedito	Dos 1.706600,00, oriundos do Ministério do Turismo para infraestrutura dentre os anos 2001 a 2010, foram investidos em Reforma e ampliação e praça na sede do município, urbanização de avenida de um bairro, restauração e reforma da igreja de nossa Senhora do Rosário e São Benedito, construção de acesso à capela, construção de praça e pavimentação asfáltica.
Ubajara	Foram utilizados 275.500,00 da verba liberada para infraestrutura turística, em construção de praça pública, um de polo de lazer e pavimentação.

⁵ Fonte: Departamento Infraestrutura de Turismo, DIETUR/MTUR e coleta de dados em campo. Acesso em: 09. Out. 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/Concluxdas_DIETU.pdf.

Ibiapina	Os investimentos realizados foram de 952.000,00 em infraestrutura durante os anos de 2001 a 2010. O mesmo foi em: Construção de duas praças, dois balneários na sede do município, além de pavimentação de vias urbanas.
Tianguá	Nesse Município, foram utilizados 1.544.875,00, entre os anos de 2001 e 2010, com construção de três praças públicas, pavimentação asfáltica de três ruas e na vila Acarape, implantação de sinalização turística horizontal e vertical, reforma em uma praça, mais pavimentação asfáltica de ruas, reforma e ampliação de praça, pavimentação de vias urbanas.

Organização: RIBEIRO, F.I. (2013).

Viçosa do Ceará, o município mais antigo da chapada situa-se na fronteira com o Estado do Piauí, possui sítio histórico com 72 prédios antigos tombados em agosto de 2003 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Isso tem sido motivado à realização de usos turísticos, por ocorrência de eventos, como shows e festivais culturais. De certo modo elitizado, isso implica inclusive nos valores de hospedagem são muito acima dos de outros municípios.

Em Guaraciaba do Norte, há presença de engenhos de cana de açúcar, muitos em desuso, pois é uma atividade em declínio. Possui vários engenhos de processamento artesanal da cana-de-açúcar, Cachoeira dos Morrinhos, a chamada “cidade de pedras” com grandes formações rochosas com formatos diversos. O buraco o Buraco dos Flamingos é um deles, uma espécie de gruta de difícil acesso, mas com belas paisagens.

Quanto a Carnaubal, o balneário existente gera movimento de banhistas, em sua maioria, residentes e excursionistas. Esse atrativo, situado a 1 km da sede, com estrutura de bar e restaurante, frequentado normalmente por residentes, sendo que a visita se intensifica em épocas de carnaval. O município possui ainda vasta área de vegetação nativa, com destaque para a presença de carnaubeiras.

Outros atrativos podem ser citados com uma imagem de Santo Antônio em tamanho natural criada para estimular as peregrinações em devoção ao santo; pinturas rupestres são comuns na área rural do município; prédios históricos como o da usina elétrica do município inaugurada em 1953.

São Benedito é marcado pela existência de diversas “casas de farinha” onde a mandioca é processada artesanalmente para a produção de tapiocas, beijus, farinhas branca e d’água. Possui diversas cachoeiras: do Buraco da Velha e São Cristóvão. Destaca-se ainda pela produção de rosas no distrito de Inhuçu (A cidade de São Benedito é considerada a “capital cearense das rosas”).

Ibiapina, dentre diversos atrativos naturais, possui trilhas ecológicas com cachoeiras em seu percurso: Cachoeira do Pagé, Cachoeira da Bica, Cachoeira do Monte Belo e outras, que possuem piscinas naturais em seus entornos. A chapada propicia vários mirantes naturais e locais propícios aos esportes de aventura.

Ubajara, município que se destaca pela existência de turismo, possui uma estrutura montada para recepção de turistas impulsionada pela existência do Parque Nacional de Ubajara⁶ conforme foto 3. Há, portanto, fluxo de turistas de vários segmentos, dentre eles, ecoturistas e turistas de aventura que se hospedam em Tianguá, onde ocorre este pesquisa e que a partir de agora será mais bem aprofundado em suas especificidades para o ecoturismo e turismo de aventura.

Destaque em turismo na Chapada de Ibiapaba

Foto 3 – Entrada do Parque Nacional de Ubajara



Foto 4 – Teleférico de Ubajara

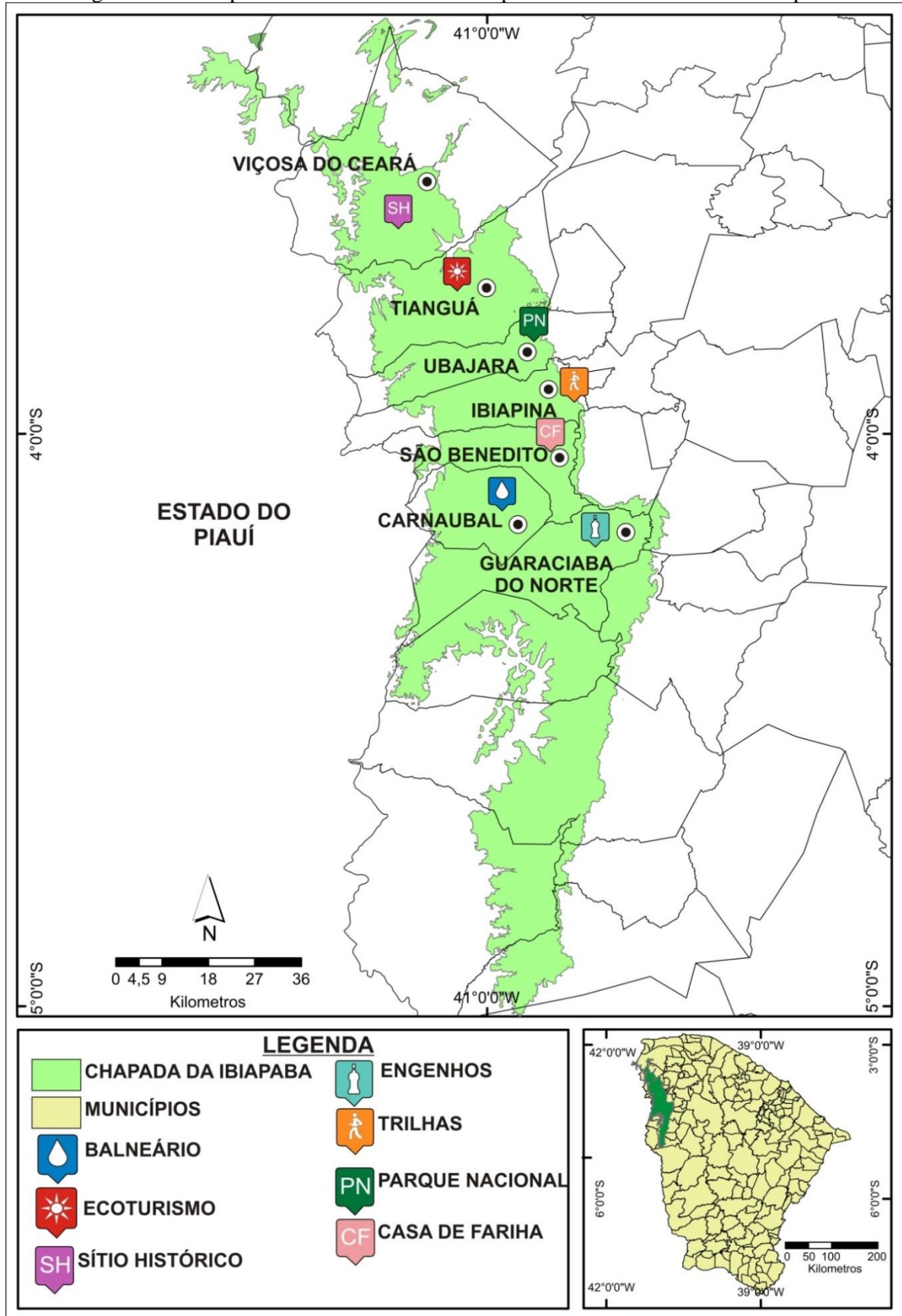


Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

O Instituto Chico Mendes, administra o parque, portanto o mesmo autoriza a cooperativa de guias, a se responsabilizar pelos serviço de guia de turismo e o Governo do Estado, assume o controle do teleférico (bondinho), foto 4. É cobrada taxa de 4 reais para a realização das trilhas ecológicas acompanhadas por um guia por um percurso de 3 horas e meia, bem como para acessar a gruta pelo teleférico é cobrada uma taxa de 8 reais por pessoa.

⁶ Conforme dados colhidos na página do ICMBio, o Parque foi criado em 30 de abril de 1959, com uma área de 4.000 hectares, através do Decreto Federal nº 45.954/59. No dia 26 de abril de 1973, foi assinado o Decreto nº 72.144, alterando os seus limites para uma área de 563 hectares. No dia 13 de dezembro de 2002, foi assinado o Decreto Sem Número e publicado no Diário Oficial da União, que altera, mais uma vez, os limites do Parque Nacional para uma área de 6.288 hectares, passando, assim, a abranger os municípios de Ubajara, Tianguá e Frecheirinha. Acesso em: 23. Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/quem-somos.html>>

Figura 6 – Principais características dos municípios do corredor turístico de Ibiapaba



Fonte: IBGE (2001). Elaborado por: GUEDES, M.V.S. (2013).

3.3 OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ

O município de Tianguá possui área de pouco mais de 908,89 km² e dista 281 km em linha reta da capital do Estado, a cidade de Fortaleza. Quanto à sua população, conforme o IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2012), em 1991, dos 44.005 habitantes, 25.413 residiam na área urbana (57,75%) enquanto 18.592 (42,25%) moravam na área rural. No entanto, em 2010, ainda com base na mesma fonte, dos 68.892 habitantes, 45.819 (66,51%) vivem na área urbana e 23.073 (33,49%) residem na área rural.

A Lei Orgânica Municipal aprovada em 31 de maio de 1990⁷, em sessão aprovada pela Câmara Municipal de Tianguá, quando tratou sobre os “Princípios Fundamentais”, apresentou a organização política de Tianguá da seguinte forma:

Art. 1º O município de Tianguá, unidade integrante do Estado do Ceará e pessoa jurídica de direito público interno, organiza-se de forma autônoma em tudo o que respeite ao seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e as demais leis que adotar, respeitados os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federativa do Brasil e na Constituição do Estado do Ceará.

Art. 2º TIANGUÁ é a sede do município e tem a categoria de cidade.

Art. 3º O território do Município é dividido em Distritos, unidade que se designam pelo nome das respectivas sedes, com a categoria de Vila.

Tianguá, um dos que compõem a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Serra de Ibiapaba, amparada pelo decreto de 26 de novembro de 1996, está situada na biorregião do complexo da Serra Grande, juntamente com os municípios de Chaval, Granja, Moraújo e Viçosa do Ceará, no Ceará, com o objetivo de:

I - garantir a conservação de remanescentes de cerrado, caatinga e mata atlântica; II - proteger os recursos hídricos; III - proteger a fauna e flora silvestres; IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; V - ordenar o turismo ecológico; VI - fomentar a educação ambiental e VII - preservar as culturas e as tradições locais.

Para entender a relevância dos aspectos relacionados à oferta turística e para que a discussão sobre seus atrativos seja consistente, alguns conceitos, a seguir, foram fundamentais, pois, na atualidade, existem assuntos imprescindíveis para a prática do turismo.

Conforme Beni oferta em turismo pode ser entendida como “o conjunto dos recursos naturais e culturais que em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística

⁷A Lei Orgânica Municipal (LOM) é uma lei genérica, constitucional, elaborado pelo Legislativo de cada município brasileiro e deve seguir as determinações anteriormente aprovado na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

porque na realidade são esses produtos que provocam a fluência dos turistas” (BENI, 1998, p. 153).

Beni ainda acrescenta a necessidade de ampliação do olhar sobre a oferta turística, uma visão holística e sistêmica, visto que a complexidade do fenômeno turístico gera dimensões que transcendem os limites do turismo, chegando a considerar que “a oferta, por sua vez, é composta e constituída por inúmeros elementos tangíveis e intangíveis e não só de um produto bem determinado”. (BENI, 1998, p. 155).

Retomando a ideia de Beni (1998), oferta como original e derivada. Sobre oferta original, baseando-se em Pierre Defert⁸, afirma que esta é classificada em quatro grandes grupos:

- Hidromo (do grego *hýdor*: água): É constituído por todos os elementos hídricos sob todas as suas formas, todos os seus aspectos, toda sua abrangência, incluindo a neve e o gelo, as águas minerais e termais;
- Fitomo (do grego *phytón*: vegetal, árvore): Compreende tudo o que o turismo se serve na flora (florestas, bosques, prados, matas) e todas as superfícies naturais recobertas da vegetação pela ação voluntária do homem;
- Litomo (do grego *lithos*: pedra): Engloba todos os valores criados pela atividade do homem. A história, a religião, as cerimônias, as tradições, o folclore, a cultura, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos, os lugares de peregrinação e outros;
- Antropomo (do grego *ánthropos*: homem) Refere-se as atividades tanto antigas quanto modernas.

Diante disso Beni (1998) justifica que é assim que o clima, o deserto, a praia, o museu, os costumes tornam-se bens diretamente produtivos por meio de um processo de transformação que os induz no circuito econômico.

Sobre a oferta turística derivada, Beni afirma que “é a composta pelos transportes, pelas diversas formas de alojamento, lazer e recreação, pelos organizadores de viagens e pelas agências de viagens” (BENI, 1998, p.157).

Ainda sobre a oferta turística, Dias e Aguiar afirmam que “a oferta turística pode ser descrita como tudo que pode ser oferecido ao turista” (DIAS e AGUIAR 2002, p. 47). Afirmam ainda que a partir disso, podem ser classificados elementos naturais e artificiais da oferta.

⁸ M. Renoux, *L'économie du tourisme*, Paris, Éditions du Seuil, 1972. (apud) Beni (1998).

Os elementos da oferta natural são praias, montanhas, grutas, cavernas, reservas fluviais, pássaros parques nacionais, paisagens, dentre outros. E em relação à oferta artificial, são considerados os atrativos modificados, elaborados para fins turísticos. Esses estão vinculados aos aspectos históricos, culturais e religiosos, infraestrutura e vias de acesso.

Quanto à necessidade de cooperação no fortalecimento de oferta turística, afirma Keller (2005) que a única forma pela qual as pequenas e médias empresas podem melhorar sua situação econômica é estabelecendo parcerias para melhorar seus serviços, divulgando pacotes.

Civilis (2003) ao enfatizar a dinamicidade e amplitude do setor turístico afirma que isso se deve ao fato de envolver Programas, Projetos e produtos de diversos atores e segmentos econômicos e sociais. Portanto, continua o autor, devem ser integradas, de forma que o sistema turístico se relacione com outros diversos sistemas.

O IBGE (2010), ao disponibilizar dados relacionados a definição e classificação das atividades econômicas do turismo, permite entender que já existe uma estruturação organizada dos bens e serviços produzidos por unidades econômicas, ou seja, empresas ou unidades locais de empresas. Por sua vez, o MTUR criou a metodologia de inventariação turística para elencar e descrever os elementos da oferta.

Quanto a esse fato, Keller (2005) aborda o valor econômico das atrações turísticas, sugere que é o mercado quem atribui valor econômico e que o visitante em potencial escolhe um destino baseado principalmente na natureza especial de suas atrações e sua exclusividade. Ou seja, empresas na vizinhança de uma atração, obtêm renda como resultado de sua proximidade desses ímãs turísticos. Para tanto, se faz necessário esclarecer os aspectos que devem ser compreendidos para a identificação dessas potencialidades turísticas.

Assim entendendo, apresentam-se aqui, os itens sugeridos no caderno de Elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, MTUR (2007) com indicações sobre o que pode ser feito para atender ao desenvolvimento de uma região turística:

1. O homem e seu habitat – sua origem étnica, seus valores morais e espirituais, seus hábitos, seus costumes, indicadores do legado cultural do grupo social em que se encontra inserido, ou seja, aquilo que uma geração transmite a outra;

2. As vocações turísticas regionais/locais – é necessário identificar a vocação, as tendências que caracterizam uma determinada região. Por exemplo: há regiões com maior apelo ao ecoturismo; outras apresentam apelo religioso; outras, pela presença de fazendas e sítios, apresentam apelo ao turismo rural, entre outros;

3. As potencialidades regionais/locais – é importante identificar as possibilidades e perspectivas de organização e desenvolvimento turístico da região;

4. As demandas regionais/locais – é necessário identificar, dentro de uma região, o que pode ser objeto de interesse por parte dos turistas.

Diante do entendimento apresentados, torna-se inevitável relacionar esses aspectos à oferta turística. Lage e Milone (2001) indica a necessidade das empresas turísticas e as autoridades do setor tenham conhecimentos detalhados quanto à oferta turística. Ao tratar sobre a definição de oferta turística a autora expõe como: “um conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região assim como todos os produtos turísticos a disposição dos consumidores para a satisfação de suas necessidades” (LAGE e MILONE, 2001, p. 73). Convém ressaltar que mesmo diante desse entendimento, é preciso observar que a oferta turística não é fechada, pois, recebe influências constantes de várias frentes.

Em relação a oferta original, identificou-se que o Município possui uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, o que pode ser conferido no art. 1º da Portaria nº 43, DE 8 DE JUNHO DE 2010:

A RPPN Paulino Veloso Camêlo, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 120,19 ha (cento e vinte hectares e dezenove ares), localizada no município de Tianguá, Estado do Ceará, de propriedade de Paulino Veloso Camêlo e sua esposa Maria Tereza de Vasconcelos Camêlo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Sítio Cana Verde Santa Rosa, registrado sob a matrícula nº 1.138, registro nº R-1, livro nº 2-C, folha 01, de 07 de abril de 2010, no Registro de Imóveis da Comarca de Tianguá/CE.

Em Tianguá, identificaram-se atrativos como: quedas d’água, cachoeiras, cascatas, corredeiras: entende-se que dentre outros recursos existentes, a Cachoeira Cana Verde, Cachoeira São Gonçalo, Cachoeira Sete Quedas, são potencialidades naturais para vários segmentos do turismo.

Nesse contexto, convém ressaltar que Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto (2007), em conclusão de estudo sobre a relação do geoturismo com o ecoturismo, apontam o geoturismo como uma oportunidade de aproximação do público com o meio ambiente e, se for bem planejado, pode possibilitar papel importante na geoconservação e na implementação de programas de educação ambiental.

Bento & Rodrigues (2009), ressaltam que atualmente o estudo sobre as quedas d’água começa a ser mais valorizado, existindo mais estudos voltados ao aproveitamento sustentável dessas áreas pela atividade turística e, nesse aspecto, torna-se visível a relação da Geomorfologia com o geoturismo, revelando que, de fato, as características geológicas e

geomorfológicas de determinadas áreas, como quedas d'água, podem ser transformadas em atrativos turísticos. Outrossim, as grutas e cavernas da Chapada de Ibiapaba, conforme fotos 5 e 6, se tornam relevantes para a oferta original do turismo.

Grutas e cavernas na Ibiapaba

Foto 5 – Entrada da Gruta de Ubajara



Foto 6 – Caverna em Tianguá



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Historicamente, a economia municipal está relacionada à produção de pequenos, médios e grandes produtores/agricultores, sobretudo hortifrutigranjeiros, afirmativa que poder ser constatada no quadro 3, que apresenta os dados da produção agrícola de Tianguá, conforme consta na base de dados do IBGE (2011).

Quadro 3 – Produção de lavoura em Tianguá

Lavoura permanente 2011		Lavoura Temporária 2011	
Produto	Quantidade Produzida em toneladas	Produto	Quantidade produzida em toneladas
Abacate	702	Amendoim (em casca)	38
Banana (cacho)	12.320	Arroz (em casca)	410
Café (em grão)	102	Batata – doce	1.080
Castanha de caju	47	Cana-de-açúcar	71.820
Coco-da-baía	2.660 Mil (frutos)	Fava (em grão)	48
Goiaba	83	Feijão (em grão)	1.101
Laranja	562	Fumo (em folha)	03
Mamão	234	Mamona (baga)	56
Limão	5.940	Mandioca	7.994
Manga	450	Melancia	1.088
Tangerina	161	Milho (em grão)	1.680
Urucum (semente)	04	Tomate	11.346

IBGE (2011) adaptado por: RIBEIRO, F.I. (2013).

Sobre os produtos artesanais, as informações colhidas *in loco* mostram que a atividade artesanal foi organizada com base nos modelos de promoção setorial empreendidos pelo Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2005), segundo o qual o artesanato é categorizado pela relação tipologia, produto e segmento:

- Tipologia: alimento; Produtos: Doces e bebidas; Segmento: Doces de frutas, regionais típicos, bebidas de frutas regionais típicas;
- Tipologia: metal; Produto: Aço, ferro, bronze, alumínio, latão, cobre, níquel, estanho e prata; Segmento: Peças sacras, utilitários para o lar, artigos para o lar, artigos para copa e cozinha.
- Tipologia: Alimentos, doces e bebidas, grupo, em Tianguá pode ser encontrado nas barracas a cachaça temperada: com fruta Cachaça com vidro cortado modelado, com torneirinha e cachaça com nomes pornôs (cômica), como: Pau do índio, na bundinha, amansa sogra, consola corno, pica dura, na xoxota. Há ainda licor de todas as frutas: maracujá, tangerina, abacaxi, cravo, chocolate, jenipapo, entre outros, fabricados em Tianguá. Embora o fabricante de licor mais conhecido seja de Viçosa, os comerciantes de Tianguá compram dos fabricantes da casa, pois, barateiam os custos:

Doce em comporta de vidro: jaca, leite, mamão com coco, doce de banana, leite com ameixa, com abacaxi, com goiaba, mamão e etc. Peças em gesso: Formato de botijão de gás e de animais.

Mesmo reconhecendo a afirmativa do Ministério do Turismo na publicação sobre orientações básicas no Turismo Cultural de que “o artesanato representa a produção local e seus aspectos culturais singulares, enquanto que o souvenir não possui necessariamente relação com esses aspectos e, muitas vezes, é produzido em outros lugares”. (MTUR, 2008, p. 35). Acredita-se que os produtos ofertados pelos vendedores de artesanato em Tianguá, somente os produtos importados da China, não seriam considerados como artesanato, pois embora os artesanatos vendidos por eles, não sejam todos produzidos em Tianguá, até mesmo os barcos de madeira, que estariam mais relacionados ao Mar, são representações do Turismo no Ceará.

O artesanato em Tianguá, conforme fig. 7, é situado em três espaços estratégicos do município, sendo 19 barracas comerciais situadas na rodoviária de Tianguá e 12 na BR 222 saindo para o Município de São João das Fronteiras, Piauí ao leste, e as 13, ao oeste, na direção do Município de Sobral, CE. Portanto, considera-se que os produtos artesanais podem se caracterizar como atrativos turísticos.

Figura 7 – Artesanato e suas origens em Tianguá



Fonte: IBGE (2001). Elaborado por: GUEDES, M. (2013).

As peças de couro em formato de chinela, chapéus selas para animais (arreio), são produzidos em Tianguá, Pacujá, Viçosa do Ceará, Ubajara. Em Viçosa do Ceará, peta, cachaça serrana e carrinhos de madeira. Do município de Horizonte, Barco de madeira, barco de vidro, bolsas de pano, navio de madeira. Fortaleza, castanha de caju e Juazeiro: copos de alumínio com desenho de times, chaveiros.

De Granja e Camocim: Redes de tucum e Maranhão: queijo, produtos da palha do buriti: bolsas, sandálias, boné, chapéus, masculino e feminino. Do Piauí, cadeirinhas de madeira com desenhos, banquinhos, pilões grande médio e pequenos, garrafinhas de madeira. Oriundo de Pernambuco: Pé de boi, para colocar cachaça e chapéu de camurça, couro e boné de pano.

A cultura popular em suas representações, outro item relacionado à oferta original. Sobre o assunto, Chartier sugere que é possível influenciar a cultura, incorporando atributos diversos, dentre eles, a valorização econômica das mesmas, ou seja: “As formas populares de cultura, desde as práticas do cotidiano até as formas de consumo cultural, podem ser pensadas como produtores de sentido, embora de um sentido possivelmente estranho àquele visado pelos seus produtores”. (CHARLIER, 1995, p. 184).

Diante desse entendimento seguem as manifestações da cultura popular, identificadas no Município de Tianguá. Os Grupos Marróia, Rebisco e Garatuja, têm realizado diversas produções, dentre elas: Cursos de áudio visual, que propiciou gravações de filmes, etc. Quanto aos mitos, Bezerra apresenta o amortalhado como “personagem misto de fantasma e segredo, foi durante muitas décadas, motivos com as notícias discutidas logo cedo pela manhã de tudo aquilo que passara pela noite”. (BEZERRA, 2007, p. 42).

Outro personagem do imaginário popular é o assobiador que durante as noites ao assoviar, quem olhasse para ela poderia ser morto pelo mesmo, e ainda, a árvore chorona no caminho do sítio do pé do morro.

Ainda sobre os aspectos culturais do Município, citam-se número relevante de escritores locais, que são importantes para um turismo de base cultural. Dentre eles, podem-se citar obras que retratam a histórias de Tianguá, dispostos no quadro 4 que segue:

Quadro 4 – Produção literária dos autores de Tianguá

Autor/título	Breve resumo da obra
JOÃO BOSCO GASPAR Tianguá... Reminiscências da história.	A obra voltada para a história da cidade de Tianguá constrói a partir da memória coletiva de seu povo, relatos, histórias e a biografia da cidade, que tenta aproximar a atual população com suas origens culturais, patrimoniais e de preservação da memória e dos ambientes naturais.
RITA MARIA LOPES GUEDES SANTOS Sobre as Ondas (Um incentivo à fé ao amor)	A obra trata de uma ficção que produz uma particularidade com o singular e propriedades muitas vezes vividas por pessoas na vida real. A narrativa se detém no acompanhamento da trajetória de uma família de retirantes que tenta esquivar-se das calamidades efeito de uma seca perversa no nordeste, nas cidades de Crato no Ceará.
LUIZ GONZAGA BEZERRA Um olhar sobre Francisca Carla e Outros Fatos Sobre Tianguá, CE.	Pode-se entender os avanços e as conquistas da humanidade na evolução biológica da vida, entre a corrida do tempo futurista, demonstra que o ser humano tem uma força inteligente junto as fragilidades constantes de cada um de nós. No entanto desde já os seres humanos vivem de meios naturais para a sobrevivência.
AMAURI PINTO DE CARVALHO Catolicismo do Povo Cultura Popular (Nos Festejos de São Francisco em Tianguá, CE).	O livro fala de indagações que não estão isoladas de contexto citado no livro mas que de alguma forma nos incita acerca do abordado, seria a religião de grande da grande massa de fieis a representação do sagrado, tendo por meio das preservação de tradições ou do próprio fenômeno religioso sua salvação, como entender a muitas devoções de um povo fiel e pleno de fé aos seus santos, sejam eles canonizados ou não pela igreja Romana ⁹ .
JOÃO BOSCO GASPAR Lendas, Contos e Mitos de Ibiapaba 2012	Esta obra trata das histórias que são repassadas de geração a geração sobre os primórdios da colonização dessa terra “Ibiapaba”. E também ressalta de pequenos grupos que não acredita nessa cultura de linha ou mito, por exemplo, os evangélicos que se qualificam como herético.
ALBERY NUNES O presente e o futuro de Tianguá – memória de que somos	Esta obra vai ressaltar os pontos naturais da cidade de Tianguá, como também a aprovação dos habitantes com relação a atual gestão municipal. E mesmo com isso indica alguns pontos de desenvolvimento que precisa melhorar, tais como educação, saneamento básico, projetos sociais, infraestrutura. Identificando também aspectos que cresceram.
RIMA LIMA DE VASCONCELOS Poesia um destaque para a vida	É uma obra de poesia em que explícita um sentimento que por meio de suas estruturas que as torna quando lidas, uma repassagem de emoções. E é justamente por isso que é importante trabalhar esse gênero com os alunos. Por repassar muitas vezes as experiências vividas, por meio de uma linguagem ritmada, incentiva os alunos a buscarem conhecer a construção da poesia.
JOÃO BOSCO GASPAR. Tianguá raízes de sua história e de sua cultura.	A obra tem como propósito o resgate da história de Tianguá, e busca despertar uma consciência crítica nas novas gerações. É retratado em tal obra a posse e domínio de terra com trajetória histórica desde o tratado de Tordesilhas, entre outros assuntos no que se refere ao resgate da história como religião, evolução política, urbanização e arquitetura. É a cultura sendo descrita documentalmente para despertar os habitantes de Tianguá e de outras pessoas interessados em sua história.

Elaborado por: RIBEIRO, F.I. (2013).

⁹ A escrava Romana se tornou milagreira por meio da crença popular. Quando em vida, residia em Meruoca, CE, na tentativa de abusar sexualmente da mesma o filho do seu patrão em luta corporal a empurrou pelo penhasco.

Quando trata sobre oferta agregada em Tianguá, pode-se identificar sobre transporte rodoviário, a ideia de Beni (2007) ao citar que o automóvel recebeu total adesão do turista porque, por meio dele conquistou maior liberdade e facilidade e deslocamento, afirma o que pode ser claramente comprovado em Tianguá, pois tem sido o único meio utilizado para chegar e sair do Município.

O sistema de transporte do Município de Tianguá, possui um terminal rodoviário de nome Governador Virgílio Távora, conforme foto 8, situado na BR 222 Km 312. Conforme informações colhidas com junto as empresas de transporte rodoviário de Tianguá, é possível descrever seus itinerários: Expresso Guanabara, de Tianguá para Fortaleza e para Teresina; Itapemirim de Tianguá para Fortaleza, Juazeiro do Norte, Teresina, Belém, Rio, São Paulo, Brasília; Rod Tur para Teresina; Contijo para Rio de Janeiro e São Paulo passando por Feira de Santana BA; Expresso Barroso, para Teresina; Satélite, para Mato Grosso; Expresso Transbrasileiro para Palmas; Expresso Boa Esperança, para Belém e Natal e por fim, a Expresso São Geraldo, Crateús a Camocim.

Foto 7 – Sindicato dos taxistas de Ibiapaba



Foto 8 – Rodoviária de Tianguá



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Ainda tratando sobre os meios de transportes em Tianguá, desde 1982, iniciou-se uma delegacia do sindicato de Taxistas em Fortaleza em seguida, surgiu em Sobral e no ano de 1993 criou-se o Sindicato de Taxistas de Tianguá, conforme foto 7, hoje, há em torno de 70 membros, mas em toda chapada o número é próximo a 120 membros associados. Os municípios envolvidos são: Viçosa do Ceará, Ubajara, Ibiapina, São Benedito e Guaraciaba do Norte, CE.

Percebe-se sensibilidade à hospitalidade e receptividade dos taxistas em relação aos visitantes. Isso pode ser entendido na fala do presidente do sindicato dos taxistas de Tianguá “O sindicato busca sempre orientar os seus associados a prestar um atendimento especial aos turistas que visitam a nossa região proporcionando assim uma boa impressão por parte do visitante e conseqüentemente trazendo mais lucros pra região”.

Para dar entrada ao processo de sindicalização necessita estar realmente todo regulamentado e com a carteira assinada como taxista e são seguidas as normas do Conselho Nacional de Transportes (CNT), entretanto, observa-se que os sindicatos são autônomos. Os táxis permanecem na rodoviária de Tianguá em plantões de 24 horas.

Sobre os locais onde há mais fluxo de passageiros que usam taxi, citam-se: Sobral, Fortaleza, o vizinho Estado do Piauí, Teresina, Parnaíba, entre outros. Ressalta-se ainda que há uma tabela de preços que varia entre 10 e 15 reais na zona urbana. Quando o serviço é para área rural e/ou outro município, o preço é negociado com o passageiro.

Tabela – Meios de Hospedagem em Tianguá

Meio de hospedagem	Aptos	Leitos
Serra Grande Hotel	111	400
Gean Hotel	29	60
Hotel São Francisco	36	56
Cascata Hotel Tur	10	32
Pousada Bom Clima	18	32
Hannover Flat Hotel	18	36
Pousada Santa Edwrigens	10	20
Pousada Padre Cícero	95	200
Pousade Ibiapaba	33	90
Pousada Durma Bem I e II	20	40
Pousada São Mateus	24	68
Pousada Santana	24	48
TOTAL	428	1.082

Fonte: Dados de coleta de campo. Elaborado por Ribeiro, F. I. (2013).

Em relação aos meios de hospedagem em Tianguá, conforme tabela, pode-se identificar que a oferta variada de pousadas conforme foto 9, bem como hotéis, que pode ser visto na foto 10, no município. O número maior de pousadas e hotéis está nas proximidades de rodoviária às margens da BR 222, bem como no centro de Tianguá.

Foto 9 – Pousada em Tianguá



Foto 10 – Hotel em Tianguá



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Após conversas informais com hóspedes e trabalhadores desses meios de hospedagem, foi possível observar dois fatos bem definidos para justificar o considerável número de hospedagem em Tianguá. Trata-se de o Município ser margeado pela BR 222, bem como ser o primeiro dos municípios de quem vem da Capital do Estado, e, portanto, os vendedores e representantes comerciais de empresas de vendas, se hospedam em Tianguá, mesmo durante os dias, trabalhem em outros municípios da Chapada de Ibiapaba.

Diante da apresentação desse contexto, no qual se percebeu que os imperativos para o turismo em Tianguá, se encontra no contexto específico da Vila Acarape, entendeu-se necessário a partir desse momento, tratar especificamente sobre a área onde ocorrem as práticas de ecoturismo e turismo de aventura.

Além dos hotéis e pousadas tradicionais no município, há três espaços organizados para acampamento inclusive com infraestrutura de barracas montadas em caráter permanente e roteiros turísticos há cerca de 10 anos¹⁰. Esses são influenciadores das práticas de ecoturismo de turismo de aventura.

¹⁰ Esses serão explicitados no capítulo que trata sobre o contexto das práticas de ecoturismo e turismo de aventura neste trabalho.

4 ECOTURISMO E O TURISMO DE AVENTURA EM TIANGUÁ, CE

O município de Tianguá possui além da área urbana, quatro distritos e três vilas que conforme Gaspar, Sousa e Magalhães (2007) os distritos são: Pindoguaba também conhecido por Palmeiras, localiza-se no extremo oeste do município; Arapá, distrito que está na depressão sertaneja que integra o Município de Tianguá; Caruataí ou Olinda, divisa dos municípios de Tianguá e Ubajara; Tabaiúna, situado na depressão sertaneja do município, acerca de 42 km. Sobre a criação dos distritos, Nunes (2008) afirma que surgiram no ano de 1933 pelo decreto nº 156, exceto Pindoguaba criado pelo decreto nº448 do mesmo ano.

A rodovia BR 222, atravessa o município de Tianguá, e isso provocou o surgimento de três vilas, todas margeando a BR nas áreas de acesso ao Município. Nos anos anteriores à década de 1970, o povoamento era por meio da instalação de pontos de vendas nesses locais.

As três vilas¹¹ são: Valparaíso, em direção ao Piauí que com o passar dos anos, se tornou um assentamento familiar; Bela Vista, na depressão sertaneja, de Sobral para Tianguá, onde estão situadas atualmente as pistas de pouso dos praticantes de voo livre nas rampas de Tianguá e por fim, a Vila Acarape, que é a área onde esse estudo se concentra. Sobre essa, foi realizado contexto com mais detalhes:

Até a década de 1970, a vila Acarape era à margem da BR 222, e recebia o codinome de “topo da serra”¹², ali, possuía postos de abastecimento de combustível, farmácia, e outros comércios. A reforma da BR, para diminuição de suas curvas excessivas, realizada no início dessa mesma década, retirou-se a Vila Acarape do corredor comercial característico. A Vila permaneceu apenas com as residências na “rua da palha” conforme foto 11, como se tornou conhecida sua rua principal, Nessa época conforme residente¹³ entrevistada “A vila Acarape tinha poucas casas, umas vinte no máximo”.

Desde essa década, havia “grupo escolar” (escola), unidade de saúde, e na mesma época fora construída a igreja de São Sebastião, atual padroeiro de Vila Acarape. As pessoas da Vila trabalham em hortas, roças e outros, são empregados em Tianguá e a atividade produtiva que mais predomina, é a produção de hortaliças que são vendidas em Sobral, Cidade distante a 100km.

Associação comunitária do Acarape, conforme o atual presidente, a mesma foi registrada em cartório desde 1985, e seu surgimento foi estimulado pelo governo Estadual por

¹¹ Valparaíso: km 328; Bela Vista, km 300 e Vila Acarape, km 306.

¹² Conforme relata o presidente da associação dos moradores da Vila Acarape, em entrevista concedida em 31 de setembro de 2013.

¹³ Moradora da Vila Acarape em entrevista concedida dia 31 de setembro de 2013.

meio do projeto São Vicente, que conforme Holanda (1998) foi um dos projetos que desde o final da década de 1970 vem prometendo desenvolver o meio rural nordestino.

A outra, associação comunitária dos moradores e agricultores de Acarape, conforme seu presidente teve início em 2013 e possui objetivo principal estruturar cooperativa para vendas dos produtos hortifrúteis, vinculados ao projeto de agricultura familiar iniciado no ano de 2013 e tem 17 famílias cadastradas.

Sobre a presença do turismo em Acarape, corroborando o que anteriormente foi identificado nas páginas da internet, um residente de Acarape afirma: “o que eu posso dizer é o seguinte: a vinda do turismo tornou Acarape conhecido, pois ninguém conhecia e hoje a vila é conhecida como o local onde tem as rampas de voo livre”. Entende-se ainda que nos últimos dez anos, a Vila Acarape, vem passando por processo de grandes mudanças, o processo de urbanização e pela presença do turismo, após serem identificados que as rampas pedimentadas¹⁴.

Foto 11 – Vila Acarape, antiga rua da palha



Foto 12 – Vila Acarape, área não pavimentada



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Percebe-se que a pouca alteração na infra-estrutura local, como pode ser percebido na foto 12, se reflete também nos modos de viver dos residentes que demonstram não apoderamento dos efeitos das práticas de turismo em uma localidade. Pois quando se reporta sobre a presença de placas turísticas no local, afirma o líder comunitário, “depois que colocaram essas placas, fica mais fácil a gente dizer onde mora. Se eu tô em Sobral, um

¹⁴ As rampas pedimentadas são formadas por colúvios provenientes do retrabalhamento de escarpas, hoje pedogenizados, sotopondo paleopavimentos detríticos associados à última fase climática seca do Pleistoceno (Würm). Representam as baixas vertentes onde as Areias Quartzosas álicas e distróficas, e os Cambissolos distróficos favorecem a pecuária extensiva. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia/cap6/>.

amigo pergunta onde é o Acarape, é só dizer que mora na entrada onde tem as placas na subida da serra” (presidente da Associação de Moradores da Vila Acarape).

Diante do contexto, é possível afirmar que não é mais possível citar a Vila sem se reportar às práticas de turismo em Tianguá. É, portanto, partindo disso que a partir de agora serão tratados aqui sobre os três empreendimentos turísticos existentes. A Vila Acarape aparência típica de pouco movimentada, algumas alterações ocorreram em sua paisagem, dentre elas, a fixação de placas de sinalização turística. As mesmas indicam caminho para os equipamentos turísticos que se instalaram há 10 anos, ou seja, em 2003. Sobre os mesmos, são tratados a seguir:

Empreendimento 01

Foto 13 – Área externa



Foto 14 – Área interna



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

O empreendimento 01, onde funciona a Associação de Voo Livre de Tianguá, foto 13, que é filiada à Federação de Parapente e Asa Delta do Estado do Ceará (FEPACE), então tem por definição uma associação de entidades, clubes e pilotos que praticam o voo livre nas modalidades de parapente, asa delta, paramotor e *tracker* na região compreendida pelo Estado do Ceará.

O local onde ocorrem campeonatos de voo livre, conforme foto 14, encontra-se a 540m a cima do nível do mar e possui área de camping com capacidade para 100 barracas, ou seja, 200 pessoas, sendo que no local há 30 barracas que podem ser alugadas para acampamentos. Como o acesso para visitação é livre, não há um perfil definido do público visitante, pois é possível ser visitado por todas as pessoas.

No local é comum à visitação de estudantes de escolas públicas e privadas em aulas de campo para estudarem questões relacionadas ao meio ambiente e aos esportes de aventura. Entretanto, o que diferencia em relação aos demais empreendimentos turísticos do lugar, é a locação do espaço para eventos variados, como: cultos evangélicos, festas dançantes, aniversários, e outros.

Empreendimento 02

Foto 15 – Área externa



Foto 16 – Área interna



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

O Empreendimento 02, conforme foto 15, possui hospedagem exclusiva para pessoas interessadas em camping. Tem atingido especialmente o público mais jovem. Fato possivelmente ocorrido pelo fato do proprietário ser um jovem estudante de graduação em Educação Física e com afinidade para os esportes de aventura.

Possui 15 barracas para aluguel com colchão inflável, além de colchonetes, um mirante e uma piscina de água natural, visto na foto 16. O espaço foi construído com foco na sustentabilidade, portanto, sem prejudicar o meio ambiente, como exemplo, possui mais de 100 pés de ipê amarelo. A área possui estrutura de banheiros, barracas, colchão e com uma piscina com água natural, restaurante com cardápio de variadas refeições e lanches, além, café da manhã. Tudo a serviço das pessoas as quais vem acampar, que em sua maioria são jovens e casais sem filhos.

O grande diferencial desse empreendimento é a iniciativa de se associar a outro empreendedor que atua como guia de turismo, com carro apropriado e com capacidade para realização de passeios turísticos diariamente. O maior público tem sido as pessoas que

acampam, e que tem interesse em conhecer outros lugares, sendo oferecidos passeios pela região da chapada, até a divisa com o Piauí, onde há duas cachoeiras, uma no Estado do Ceará e outra na área do Piauí, ambas próximas, exibindo belas paisagens.

Empreendimento 03

Foto 17 – Área de *camping* com barracas



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Foto 18 – 10º Luau da Montanha de 2013



Fonte: internet.

Este empreendimento tem sido uma das opções pra acomodação dos visitantes e esportistas. Possui 11 unidades habitacionais com capacidade de hospedar até 45 pessoas, possuindo espaços com capacidade de 500 barracas para camping, como pode ser visto na foto 17. Observa-se que a maioria do público tem sido famílias com pessoas da idade mais tenra ao mais idoso.

Para a visitação ao local, é cobrada uma taxa de manutenção da área de visitação, onde é possível tomar banho em piscina natural, visitar uma caverna, passando por mais de mil mudas de árvores nativas e frutíferas, que dão acesso ao mirante, onde são realizadas as práticas de voos livres e ainda há possibilidade de praticar *rappel*¹⁵, jogos de salão, e vôlei de areia em uma área de lazer e participar dos lu'aus¹⁶ que ocorrem nos meses de junho a novembro. Conforme foto 18, observa-se que 10ª edição no ano de 2013.

¹⁵ Termo de origem francesa, que designa uma categoria de esporte radical na qual se utiliza cabos e cordas para realização de descidas em cachoeiras, penhascos, paredões e edificações. Além de seu caráter esportivo e recreativo, o *rapel* pode ser de grande utilidade pública em operações policiais, de busca e salvamento, motivo pelo qual vem sendo incentivado em corporações como Corpo de Bombeiros, por exemplo.

¹⁶ Termo de origem havaiana: “lu’au”, que foi incorporado e registrado pela língua inglesa. Trata-se de um encontro festivo realizado ao ar livre, no qual os participantes confraternizam, dançam e cantam ao redor de fogueiras, sobretudo nas noites mais quentes à beira mar. Este termo designa ainda um prato típico havaiano, o que sugere que o luau seria uma festa local associada ao consumo de alimentos tradicionais. No Brasil a tradição de realização do luau (confraternização) foi introduzida por jovens viajantes e surfistas e vem se perpetuando desde décadas, sobretudo em praias e ambientes naturais.

Rampas de voo livre dos empreendimentos 01 e 03

Foto 19 – Rampa equipamento 01



Foto 20 – Rampa equipamento 03



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Sobre as rampas de voo livre dos empreendimentos 01 e 03, suas características principais são: a 775m de altitude, a 310 km de Fortaleza, próximo a BR222 e a 5km de Tianguá, na Vila Acarape. Com decolagem natural em grama e muito espaço pra montar asa na sombra, com opções de pouso na rampa, contando ainda com possibilidade de duas decolagens simultâneas. Possuem Três pousos em frente da rampa a 2.800 e 3.500 metros resgate fácil a partir da BR 222 e tendo como a melhor época de voo, de junho a dezembro.

A rampa da foto 19, observa-se que mesmo de forma artesanal, foram organizados assentos para pessoas assistirem aos voos, bem como contemplar a paisagem. Diariamente, há visitantes. Conforme foi observado nos momentos de atividades de campo, as pessoas vêm em grupos de familiares ou mesmo somente casais. Alguns realizam o voo, outros somente assistem os voos.

Sobre a rampa da foto 20, há intensa movimentação especialmente em feriados e em fins de semana. Observa-se que nesta rampa, não se realizam voos de asa delta, mas somente a prática de parapente. Esta rampa ainda é utilizada para outros fins como cenário para filmagem de casais; fotos de formatura, aniversários, casamentos, entre outros.

4.1 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM VILA ACARAPE

Quando se trata sobre a viabilidade da região para o ecoturismo, o MTUR (2010) sugere que ao se pensar sobre ecoturismo como alternativa econômica para uma região turística, deve-se compreender esse segmento como uma forma de promover a conservação, a valorização dos recursos ambientais e turísticos e a efetiva inserção das comunidades locais.

Diversos autores, tem reforçado a relevância das dimensões do turismo sustentável conforme quadro 5, outrossim, Oliveira Filho e Monteiro (2009) afirmam que nas atividades ecoturísticas deve haver envolvimento de todos os segmentos da sociedade, para que abranja as dimensões econômicas, ambiental, social e cultural, no sentido de tornar-se instrumento de melhoria da qualidade de vida das comunidades, fonte geradora de renda e mecanismo de conservação e/ou proteção das belezas naturais e riquezas históricas/culturais.

Quadro 5 – Dimensões do turismo sustentável

Dimensões para o turismo sustentável	Fonte
<ul style="list-style-type: none"> - Ambiental: análise dos níveis de visitação, dos tipos de visitantes e do seu comportamento; - Econômica: maximização do uso dos recursos naturais, com redução dos custos ambientais; - Social: previsão da adaptabilidade e da capacitação social; - Cultural: realização de estudo sobre a singularidade, a força e a capacidade cultural; - Política: apoio e envolvimento dos residentes do destino turístico. 	UNWTO (2009)
<ul style="list-style-type: none"> - Sob os aspectos ambientais; - Sob os aspectos econômicos; - Sob os aspectos socioculturais. 	Ferreira e Coutinho (2002)
<ul style="list-style-type: none"> - Ecológica: capacidade de carga do ecossistema para uso turístico; - Econômica: desenvolvimento econômico dos destinos turísticos; - Social: equidade na distribuição dos benefícios trazidos pelo turismo; - Cultural: respeito as diferenças, valorização das minorias e integração cultural; - Política: participação da comunidade local e dos visitantes nas decisões; - Espacial: uso adequado dos territórios turísticos. 	Sachs (1993)
<ul style="list-style-type: none"> - Ambiental: o meio ambiente (natural e construído); - Econômica: a vida econômica das comunidades e empresas; - Sociocultural: os aspectos socioculturais, em termos de seus impactos sobre o destino turístico e as comunidades receptoras. 	Swarbrooke (2000)
<ul style="list-style-type: none"> - Ambiental: ecologicamente correto; - Econômica: economicamente viável; - Social: socialmente justo. 	WTO, WTTC e EARTH COUNCIL (1996)

Adaptado de Teixeira (2010)¹⁷

¹⁷ Quadro elaborado pela autora para tese de doutorado com o título: Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para entender melhor esse quadro entendimento, recorre-se a Mourão (2004), quando apresenta a categorização sistematizada dos elementos indispensáveis para a prática do ecoturismo e o turismo sustentável. Dentre deles, citam-se os atrativos, os recursos culturais e naturais, infraestrutura, equipamentos, atividades, serviços e produtos.

É pertinente ressaltar, que ao tratar sobre atrativos naturais Queiroz (2012), caracteriza como “os elementos paisagísticos presentes no meio rural, tais como as matas, os rios e suas cachoeiras, as formas de relevo e a fauna, bem como, a cultura local, que transforma-se em atrativos, mantendo, suas funções originais e incorporando outras relacionadas ao turismo.” (QUEIROZ 2012, p. 49).

A OMT (2012) ao detalhar as principais características, aponta que o ecoturismo é utilizado para designar as formas de turismo que têm as seguintes características:

1. Toda forma de turismo baseado na natureza em que a principal motivação dos turistas é a observação e apreciação da natureza, ou seja, das culturas tradicionais vigentes em áreas naturais;
2. Contém educacional e interpretação;
3. Os prestadores de serviços que colaboram no alvo provável de ser propriedade local pequenas empresas;
4. Tentar minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e cultural.
5. Contribuir para a proteção de áreas naturais utilizadas como ecoturismo atração centros:

- Geração de benefícios econômicos para as comunidades, organizações e governos anfitriões que gerenciam áreas naturais com fins de conservação; proporcionar oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais e aumentar a conscientização sobre a conservação do patrimônio natural e cultural, tanto os habitantes locais e os turistas.

Dessa forma, pensou-se para o trato específico do turismo de Tianguá, em considerar que o turismo como atividade econômica e que impacta tanto no meio ambiente, quanto nas vidas das pessoas. A partir desse conceito, foram orientadas as análises do ecoturismo em Tianguá, com base nas implicações positivas e negativas do ecoturismo, conforme os aspectos ambientais, econômicos e culturais.

Alguns estudos vêm sendo realizados no Brasil para fins de identificação dos impactos ambientais do turismo. Para atingirmos os propósitos deste estudo, tomou-se como referência a pesquisa desenvolvida por Butery Neto e Gicovate (2005), que investigaram a degradação ambiental provocada pelo uso de trilhas de acesso ao pico da Bandeira, no Parque Nacional do Caparaó (MG/ES).

Quadro 6 – Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo 01

Categoria de análise de impactos ambientais	Variáveis para observação diagnóstica
Ameaças e impactos sobre espécies da fauna e flora	<ul style="list-style-type: none"> • Perturbação dos hábitos de reprodução e alimentação da fauna; • Matança pela caça ou fornecimento de produtos para souvenirs; • Aumento do risco de incêndios; • Perturbação dos fluxos migratórios; • Danos à vegetação e extração de espécies comercialmente importantes; • Compactação pela passagem de pedestres, gado e veículos; • Perda da diversidade biológica local; • Outros.
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> • Das águas, pela descarga de detritos, por vazamento de agentes tóxicos; • Do ar, pela emissão de partículas, gases tóxicos, gases danosos à camada de ozônio, ocorrência frequente de odores desagradáveis; • Sonoro, devido ao transporte de turistas e das atividades recreativas muito ruidosas; • Lixo e detritos; • Outros.
Impactos sobre o patrimônio geológico e sobre a estabilidade das encostas.	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração do equilíbrio das encostas ocasionando aumento de deslizamentos e erosões; • Danos às características geológicas com exploração inadequada de rochas, bem como pichações e gravações com objetos ponteados; • Danos às calhas dos rios e/ou interrupção da drenagem intermitente; • Outros.
Exploração exacerbada dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotamento do solo; • Exploração e esgotamento de recursos minerais; • Exploração excessiva dos recursos biológicos; • Alteração dos padrões hídricos dos mananciais; • Outros.
Impacto Visual	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de planejamento estrutural e arquitetônico; • Falta de padronização em placas de sinalização turística.
Impactos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de pessoal de fora da comunidade, não gerando empregos para os residentes; • Banimento da parcela pobre da população; • Sazonalidade geradora de benefícios em épocas específicas do ano; • Restrições às atividades desenvolvimentistas; • Alterações da cotidianidade local; • Outros.

Fonte: Adaptado de Butery Neto e Gicovate (2005, p. 20).

A matriz de observação da paisagem constante no quadro 6 mostra um leque de temas que devem ser vistos pelo pesquisador ao estudar os impactos do turismo. Neste sentido, é conveniente esclarecer que não se está realizando uma análise profunda de cada impacto e seus desdobramentos. Trata-se tão somente de um passo anterior, que consiste na observação do local para identificação de ocorrências significativas, para que em um segundo

momento equipes mais especializadas de estudiosos possam de fato analisar com profundidade as repercussões de cada agente degradador.

Para tanto, optou-se por partir da matriz de análise de impactos ambientais de Ferreira e Coutinho (2002), conforme quadro 7, onde foram coletadas as informações empíricas e confrontadas com resultados de outras pesquisas a fim de, possibilitar o entendimento do ecoturismo no lugar pesquisado.

Quadro 7 – Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo 02

Sob os aspectos ambientais	
Quando bem planejado e monitorado gera diversos aspectos positivos	Quando não ocorre o devido planejamento e monitoramento podem ocorrer impactos negativos
- Destina recursos financeiros para a conservação e incentiva a recuperação de áreas degradadas;	Alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo;
- Estimula levantamentos de fauna e flora e incentiva a pesquisa científica;	Mudanças numéricas nas populações silvestres;
- Promove a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações;	Comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais;
- Viabiliza tecnologias ambientalmente sustentáveis;	Poluição do ar, água, solo, sonora e visual;
- Estimula a implantação de infra-estrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio;	Abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados;
- Valoriza áreas naturais e cria condições de unir desenvolvimento e conservação;	Compactação e erosão do solo.
Sob os aspectos econômicos	
Gera renda e emprega muita gente	Inflação
Pode utilizar a infra-estrutura já existente;	Na baixa temporada muita gente pode ficar sem emprego, as atividades dependem das estações do ano;
Desenvolve-se com produtos locais	Pode haver prejuízos econômicos como consequência de boatos, problemas com doenças, mudanças no setor financeiro
Complementa outras atividades econômicas	A economia pode ficar dependente do ecoturismo como única fonte de renda
Sob os aspectos socioculturais	
Contribui para a educação;	Gera antipatia pelo excesso de visitantes;
Estimula o entendimento e a paz;	Descaracterização da cultura local;
Reduz barreiras entre as pessoas, em razão da raça, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa;	Desentendimentos entre a comunidade local e novos moradores;
Reforça a conservação de heranças e tradições, valoriza a cultura local.	Estimula aumento da criminalidade.

Ferreira e Coutinho (2002).

4.1.1 Aspectos ambientais

Sobre os aspectos ambientais, observou-se o destino de recursos financeiros para a conservação e incentiva a recuperação de áreas degradadas, percebeu-se que diante da reponsabilidade ambiental do proprietário, quando há 10 anos atrás, priorizou-se o investimento, foi em sustentabilidade, em detrimento da implementação de empreendimento turístico apenas em busca de finanças. Conforme o proprietário do empreendimento 03, “o sistema público está inoperante desde a época que eu me instalei aqui, por que... se você for ver, essa questão da estrada, a gente tem um gasto muito grande o ano todo, mesmo a estrada não sendo do sítio” (Proprietário 03).

Conforme atual presidente da associação dos moradores da Vila, “em reunião da EMATERCE, dos trabalhadores rurais, da ICMbio, tem sido discutido ações de como utilizar a terra sem desmatção”. Isso faz entender baseado em sua fala que existiu intensa fiscalização sobre esse assunto, entretanto, as ações governamentais, se limitam à mesma.

Sobre essa relação de sustentabilidade e financeiros Soares e Silva (2010) sobre o assunto, ressaltam a partir da reflexão e absorção do paradigma da competitividade sustentável espera-se que os ambientalistas, gestores públicos e privados envolvidos com a atividade rejeitem as velhas opções depredatórias e se desenvolvam embasados na lógica econômica sustentável, que conecta ao meio ambiente, o uso eficaz dos recursos, a inovação e a competitividade.

Percebeu-se preocupação com sustentabilidade na fala do proprietário 03, pois o mesmo afirma que “foi necessário, evitar derrubada de novas árvores pelos antigos proprietários que plantavam roças, de feijão, mandioca, milho, dentre outros, bem como realizar ações de contenção de erosão, construindo escadarias de pedra e cimento, muro no entorno da área antes inconsistente”.

Outro aspecto relevante no que se refere à conservação da área foi o plantio de grama nas áreas de *camping*, que antes, eram expostas às chuvas, o que causava erosão do solo. O que pode ser registrado nesse sentido, a partir do relato de uma dos proprietários de equipamento turístico, está relacionado aos cuidados em replantação a partir do conhecimento prévio do mesmo sobre a flora predominante nessa área. Por se tratar de área protegida e com fluxo de pessoas comprometidas com a sua conservação, os impactos sobre a vegetação não chegam a constituir grave agressão ao meio ambiente.

Dessa forma concordando com Mendes et al (2007), o ecoturismo se apresenta como uma alternativa diretamente associada a preservação do meio ambiente, principalmente, pelas

comunidades envolvidas, levando a uma consciência conservacionista e gerando seu desenvolvimento sem grandes danos ao meio ambiente.

Portanto, entende-se que há preocupação dos gestores do local e dos usuários, em manter a fauna e a flora da forma mais original possível, motivo pelo qual a flora nativa vem sendo mantida e inclusive recuperada em alguns trechos. Outro item importante neste sentido é o fato de que não são realizados artesanatos no município que possam comprometer espécies silvestres, pois o mesmo é com base em reaproveitamento dos recursos naturais.

Para a construção dos chalés, existiu o cuidado de utilizar áreas onde não fosse necessário desmatamento, mantendo a vegetação local intacta. Conforme fala do proprietário 03, confirmado in loco. “houve plantação de árvores como: Ipê amarelo, palmeira babaçu, bambú, além de árvores frutíferas como: mangueiras, cajueiros, entre outros”. Totalizando cerca de 120 tipos de árvores.

Entretanto, em relação ao levantamento da fauna e flora, após várias buscas dessa informação, não foi possível identificar a existência de controle regular desses dados, portanto, entende-se que não ocorre. Podem-se citar espécies conforme proprietário do empreendimento 03: “Macaco Preggo, soim sagui, veado, guaxinim, raposa, cutia, outros roedores, gato maracajá pintado, onça maçaroca e outros”.

Sobre a promoção da educação ambiental, e maior consciência ambiental nas populações, pode-se perceber que após a instalação dos equipamentos ecoturísticos na região, houve sensível mudança de comportamento da população que antes realizava queimadas de roças e caçavam animais silvestres, pois se verificando que, isso atualmente não tem sido prática comum nas proximidades.

Ainda sobre as contribuições para a educação identificou-se que os locais onde há prática de ecoturismo, tem sido laboratório para aulas de campo das escolas e faculdades cursos de graduação do Município de Tianguá para estudos ambientais, palestras, entre outros. Portanto, hoje é possível observar que há árvores novas. Isso faz entender que existem ações apenas pontuais de educação ambiental.

Diante disso, recorre-se a Neiman (2008), ressaltando-se, que existem sérios equívocos no que tange as práticas, ao planejamento e as atitudes vivenciadas em atividades realizadas em áreas naturais. Entende-se, portanto, que ações de educação ambiental desconectada de planejamento têm como consequências essas limitações. Portanto, ao considerar que as ações têm até o momento da entrevista, as ações têm sido desconectadas de planejamento, pois não alcançam a população da Vila Acarape. A última mobilização

relacionada a educação ambiental, foi provocada por um surto de doença (dengue) em Tianguá, há mais de 4 anos.

Estimula a implantação de infraestrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio, entende-se que mesmo não garantindo todo suprimento de na comunidade, percebeu-se o surgimento de pequenas mercearias, mas não possuem integração com o turismo local.

Sobre a valorização de áreas naturais e criação de condições de unir desenvolvimento e conservação, apenas nas áreas onde os empreendimentos estão situados, é visível. Uma das consequências disso tem sido o número de macacos-prego que aumentou na região, acreditando-se que não somente por causa da ampliação da área verde local, mas principalmente pelo desmatamento que ainda ocorre em áreas vizinhas à Vila Acarape.

Diante desses resultados pode-se atribuir como positivo, baseando-se em Altmann (2008), que ao realizar estudos sobre a relevância das ações de preservação e recuperação ambiental, conclui que a adoção de um mecanismo de incentivo positivo, nos moldes da compensação financeira pela preservação e recuperação da mata ciliar, surge como uma alternativa complementar aos atuais instrumentos de gestão e proteção ambiental e dos recursos hídricos. O autor ainda ressalta que tal mecanismo de incentivo positivo merece um estudo sério e aprofundado, enquanto estratégia de conservação dos ecossistemas associados aos recursos hídricos, sejam implementadas.

Ao tratar sobre os aspectos negativos, sobre as alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres, pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo, observou-se que em um dos empreendimentos, ao anoitecer, ocorre queima de madeira em uma das áreas de *camping* para diminuição dos insetos. Além de, realizar aluguel do espaço para eventos como cultos evangélicos que se estendem até a madrugada, com sons em volume muito alto, alterando os hábitos locais.

Outro aspecto a ser considerado, está relacionado ao fato de um dos proprietários de empreendimento, afixar cachos de bananas nas palmeiras para estimular os macacos virem se alimentar nas proximidades das áreas de acampamento. Isso serve como atrativo para que os turistas registrem em fotografias. Sobre essa ação, entende-se que altera a cadeia alimentar dos outros animais.

Sobre mudanças numéricas nas populações silvestres, observou-se ainda que durante os meses de verão e em épocas específicas do ano é comum a realização de "luaus", afetando diretamente os hábitos de animais noturnos. Segundo alguns frequentadores, tem-se

verificado diminuição do número de morcegos na caverna, em decorrência do fluxo de visitantes, que acabam por perturbar o habitat daqueles mamíferos.

Foto 21 – Chalé ocupado por turistas



Foto 22 – Margem da BR, entrada da Vila Acarape



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Acredita-se ainda que o ruído produzido pelo fluxo de veículos automotivos¹⁸ nas proximidades da formação geológica pode ter influenciando no afastamento de algumas das espécies nativas. Não foi possível identificar comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais, na região.

Sobre a Poluição do ar, água, solo, sonora e visual, identificou-se abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados, identificou-se que foram abertas trilhas para um santuário criado para ser um atrativo turístico, há 04 km da Vila Acarape. Entretanto, não foram cortadas árvores para criação das trilhas, apenas cortaram os galhos que impediam de passarem os carros. Em relação à compactação e erosão do solo, não existe ainda, fluxo grande, pois o acesso ainda é difícil, entretanto, percebe-se que há interesse em tornar esse caminho mais movimentado.

Em suma, não foi possível detectar fontes poluidoras que comprometam a qualidade do ar. Conforme visto na foto 21, há fluxo de veículos no local, mas em quantidade aceitável, de forma que a emissão de gases tóxicos não chega a se constituir em um problema digno de preocupações. Convém, no entanto, recomendar sempre o controle do fluxo para se evitar problemas futuros. Os veículos são ainda a principal fonte de poluição sonora, mas deve-se considerar que o ruído ocorre, em linhas gerais, em níveis aceitáveis. Como dito, há suspeitas

¹⁸ O fluxo de veículos de turistas em fins de semana, feriados e em épocas de festas, intenso e isso pode comprometer o *habitat* de animais silvestres existentes.

de os dos morcegos terem se afastado em parte, em função da presença de carros, mas pesquisas ainda serão necessárias para que esta hipótese se comprove.

Em relação à água, não foi possível detectar fontes poluidoras de grande relevância provocada pela prática do turismo. Em ambientes como este, são dois os agentes poluidores da água: o descarte inadequado de resíduos/lixo e a contaminação por dejetos e esgoto. Durante as atividades realizadas em campo, observou-se que os frequentadores de fato cuidam do local, de forma que não se viu acúmulo de lixo em locais impróprios.

Todavia, conforme foto 22, existe problema de acúmulo de lixo na área pelos residentes da Vila Acarape na Borda da BR 222, poluindo os mananciais que escoam. Igualmente, considere-se que não há saneamento básico em toda Vila Acarape bem como na região onde os empreendimentos turísticos se encontram.

4.1.2 Aspectos econômicos

Sobre os aspectos econômicos, a geração de emprego e renda, relacionados aos aspectos econômicos, observou-se que os empreendimentos têm crescido significativamente e isso tem proporcionado geração de renda aos funcionários que são todos de Tianguá, pois os empreendedores não contratam pessoas que não sejam do município. Entretanto, a pouca garantia aos mesmos, tem como consequência riscos, pois não tem carteira assinada, ou seja, são contratados informalmente. Das mais de cinquenta pessoas, menos de 20 tem carteira assinada.

A infraestrutura dos locais onde ocorrem as práticas e turismo na Vila Acarape, precisou passar por processo lento de recuperação e reflorestamento, em todos os três empreendimentos. Somente a reserva Serra Grande foi mantida a infraestrutura que não sofreu desmatamento.

Quanto à utilização dos recursos locais no seu desenvolvimento, identificou-se que existe valorização da compra de produtos locais, como, legumes e hortaliças e frutas, entretanto, percebeu-se também que os moradores da Vila Acarape, não ficam com os lucros dessas vendas, pois também são prestadores de serviços para os proprietários das plantações. Pode se citar como exemplo a verdura orgânica que é fornecida por um proprietário (francês) de um sítio.

Outras atividades econômicas podem ser identificadas como: “vendedor de óculos”, um restaurante na Vila Acarape que vende comida regional, mas ainda são atividades pouco organizadas.

Quanto aos aspectos negativos, pode-se considerar que não há baixa temporada, pois durante todo o ano há movimento ecoturístico nos equipamentos turísticos. Ou seja, todo dia tem visitantes no local para fazer visitação. Ao contrário, ocorre aumento de fluxo, durante datas festivas, como feriados, fins de semana, e meses de julho, dezembro e janeiro.

Não existem problemas que possam ameaçar a saúde local, ou boatos, nem mesmo o setor financeiro, mas caso isso ocorra,   possível sim que haja queda no fluxo de turistas na Vila. Quanto   possibilidade de a economia ficar dependente do ecoturismo como única fonte de renda, isso não procede, pois não   a renda principal, o máximo que pode ocorrer, será com o passar do tempo, essas pessoas, se desacostumarem ao trabalho nas hortas que são a fonte de renda principal no lugar.

4.1.3 Aspectos socioculturais

Por Aspectos socioculturais, entende-se, que não existe uma campanha formalizada em rela o a a educa o a contribui o para   educa o ambiental, porém, as práticas de queimadas das roças, bem como as caças aos animais silvestres, mudaram significativamente na Vila. Isso se deve ao fato de todos os proprietários de empreendimentos turísticos, serem pessoas envolvidas com as questões socioambientais. Quanto ao estimulo ao entendimento e a paz, pode-se considerar que sim, pois, mesmo tendo aumento no fluxo de pessoas na Vila, não há relatos do aumento de violência.

Reduz barreiras entre as pessoas, em razão da raça, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa.

Durante as festas temáticas, e os “luaus”, são tocadas músicas variadas, além de haver presenças de participa o de turistas e residentes. Portanto, tem-se momento,   um momento oportuno, para troca de culturas, onde um influencia o outro, mas podendo-se se ressaltar, que nunca teve caso de desrespeito e isso reflete positivamente.

Não foram identificadas a es relacionadas ao reforço da conserva o de heranças e tradi es, e valoriza o da cultura local, ou seja, não há aproxima o da cultura local com o turismo. Existe um muro imaginário entre a popula o residente na Vila.

Sobre os impactos negativos, reconhece-se que há resistência de alguns moradores, embora isso tenha diminuido. Tal fato se deve aos antigos hábitos dos moradores de cortar e

queimar árvores para cozinhar suas refeições, além do hábito de queimarem os roçados em épocas de preparação da roça de milho e feijão. Com a implantação dos empreendimentos turísticos, houve solicitação dos empreendedores para que abandonassem os hábitos antigos, isso provocou provocando situações desconfortáveis entre os mesmos.

Não existem casos de antipatia entre moradores e turistas, há sim, indiferença, isso se crê não ser algo interessante. Outro fato a ser considerado, é o da descaracterização da cultura local, pois com a promoção de festas diferentes das tradicionais no lugar e das outras formas de ocupação de trabalho.

Houve desentendimentos entre a comunidade local e novos moradores, pois se passou a serem cobradas novas formas de lidar com a natureza, conforme anteriormente relatado. Quanto à criminalidade não há casos provocados pelo turismo suficientes, que possam refletir negativamente.

Dentre as iniciativas necessárias para reorganização do ecoturismo em Tianguá, deve ser iniciada pela estruturação de uma secretaria de turismo, Onde, para que possa se articular com outras secretarias, de Tianguá e municípios vizinhos, sistema “S” que serão de relevante contribuição pelas suas boas práticas, bem como o Grupo de Empreendedores do Turismo de Ibiapaba.

Diante deste contexto, entende-se que o ecoturismo e a prática de esportes radicais/de aventura em Tianguá se alimentam mutuamente, pois é inevitável associá-las. Se por um lado a atividade esportiva ensejou o desenvolvimento turístico, na atualidade é o turismo que tem promovido a construção das infraestruturas e instalação de empreendimentos que dão dinamismo à prática esportiva nos moldes locais.

As práticas de ecoturismo no município de Tianguá foram até a década de 2003, estavam limitadas ao uso da unidade e conservação de Serra Grande. Importante observar que o mesmo sempre foi de iniciativa privada, ou seja, dos proprietários de um hotel onde a reserva está situada.

A compra de dois terrenos outrora utilizados para agricultura familiar, situado à margem da BR 222, na Vila Acarape, Tianguá, por pessoas praticantes de esportes de aventura, passaram a por processo de reflorestamento da área para fins ecoturísticos. Após sua reorganização, se tornou polo receptivo para pessoas interessadas em aproximação com a natureza. Sejam atraídas pelos campeonatos de voo livre se tornaram frequente nos dois locais, ou mesmo para visitas de contemplação, entre outras. O seu uso feito por residentes, turistas de municípios vizinhos, mas principalmente de outros Estados, dentre eles o de maior taxa de visitação, cita-se o Piauí.

Portanto, algumas observações sobre o ecoturismo, permitem a afirmativa de que Tianguá, por sua ampla área verde, é possuidora de potencial polo receptor de ecoturismo, ocorre que isso, há tempos foi identificado, entretanto, observa-se que os planos de turismo para Tianguá, não avançaram para a efetivação das suas políticas, ou ao menos, não como necessita.

Ora, tanto nos documentos, quanto nos depoimentos colhidos para este estudo, percebeu-se a homogeneização dos atrativos turísticos, ou seja, ficou faltando pormenorizar as especificidades do lugar. Entenda-se como exemplo, o caso dos equipamentos turísticos percebido pela iniciativa privada. E, como se sabe, a mesma possui limitações que, se fossem apropriadas pelo poder público, existiriam possibilidades de avanços consideráveis na prática de ecoturismo no Município.

4.2 SUGESTÕES PARA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM TIANGUÁ

A partir dos dados conclusivos da investigação sobre o turismo em Tianguá ocorrida durante o período entre junho de 2012 e dezembro de 2013, surgiu a necessidade de realizar sugestões para o turismo em Tianguá. Portanto, vale ressaltar que o enfoque foi no turismo de aventura impulsionado pelos esportes de aventura, bem como no ecoturismo, motivado pelas diversas características, dos ecossistemas ali existentes.

Após a realização do estudo, entendeu-se que essa proposta deveria se focar na potencialização dos impactos socioambientais positivos do turismo em Tianguá. No entanto, importa reconhecer que não se trata de ousar resolver todos os problemas por meio do turismo local, mas acredita-se que esta atividade pode ser útil em futuras ações dos promotores do desenvolvimento no município estudado.

Para tanto, a partir dos diversos achados dessa pesquisa, elencou-se os três, que se entendeu ser possuidores de fragilidades, e que, portanto, necessitam ser potencializados. São eles: a promoção/gerenciamento concentrado basicamente nos empresários (locais) do turismo; Dificuldade que os residentes possuem em perceber a força transformadora que o turismo ali existente possui e a não existência de um plano específico para o turismo em Tianguá. Assim sendo, segue o conjunto de propostas consideradas cabíveis para o atual momento:

a) para a promoção/gerenciamento que encontra-se concentrado basicamente nos empresários (locais) do turismo:

- Poder público: instituição de uma secretaria de Turismo do Município com técnico especialista que possa realizar ações específicas para o turismo em Tianguá;
- Empresariado: permanecer com ações que vem desenvolvendo, assim como permitir participação do setor público e residentes na elaboração das estratégias para o turismo em Tianguá;
- Residentes: realização de campanhas de conscientização para o turismo sustentável, em especial, por meio das duas associações comunitárias, junto aos residentes para o despertar para a participação ativa.

b) para lidar com as dificuldades que os residentes possuem em perceber a força transformadora que o turismo alí existente possui:

- Poder público: estabelecer campanha de educação para lazer e turismo em suas políticas públicas. Para efetivar essa iniciativa, seria interessante, o fortalecimento da parceria com o SEBRAE local que tem realizado relevantes ações que podem ser potencializadas para desenvolvimento sustentável com participação ativa dos residentes;
- Empresariado: promover uma campanha periódica (anual) de educação ambiental junto aos residentes.
- Residentes: participação das duas associações comunitárias na multiplicação das possibilidades de apropriação como cursos de capacitação em turismo pelos residentes.

c) sobre a não existência de um plano específico para o turismo em Tianguá:

- Poder público: com base na oferta turística disponibilizada neste estudo, a realização de plano diretor (por um período determinado) para o turismo em Tianguá considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioambientais. Para estes aspectos, é importante que a intervenção de profissional especialista em turismo, vinculado a(as) secretaria(as) responsável(is) pelo mesmo no Município de Tianguá
- Empresariado: participação efetiva com proposta para o turismo no plano diretor, a ser discutida com os demais envolvidos no processo;
- Residentes: participar com proposta para o turismo, de preferência elaborada por participantes ou representantes das duas associações existentes, na Vila Acarape em Tianguá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como tema Ecoturismo e turismo de aventura na chapada de Ibiapaba com foco em Tianguá, CE. Foi desafiador, ao realizar trabalho inédito sobre turismo numa região onde as práticas de turismo se instalaram há cerca de 10 anos.

Desde as primeiras investigações, quando foi percebido que não havia no município de Tianguá uma política pública para o turismo condizente com as iniciativas dos empreendimentos privados, percebeu-se que seria importante organizar dados preliminares e aprofundar em aspectos que pudessem explicar a presença do ecoturismo e do turismo de aventura na área do estudo.

Pretendeu-se ainda produzir uma fonte fidedigna de dados para a consolidação do turismo local. Para tanto, foi necessário entender os aspectos geomorfológicos, bem como sua vegetação e clima, bem como sua oferta turística e a cultura no contexto da Chapada de Ibiapaba, sobretudo no recorte geográfico da pesquisa, que foi o município de Tianguá.

Diante da percepção de que as práticas de turismo em Tianguá estão fortemente concentradas em uma localidade chamada de Vila Acarape, outros desafios foram lançados para o pesquisador: a ausência de documentos sobre a Vila Acarape, bem como coletar dados em campo para alcançar as impressões adequadas do contexto turístico local.

As opções metodológicas deste estudo se mostraram oportunas e adequadas para que os objetivos fossem atingidos. Em um primeiro momento, possibilitou a coleta, leitura e organização de uma consistente base teórica, que foi composta por autores de diferentes áreas do conhecimento: Turismo, Geologia, Geografia, entre outras.

Na fase seguinte, a coleta de dados em campo oportunizaram identificar o contexto turístico do município de Tianguá na Chapada de Ibiapaba. Para tanto, visitou-se as áreas turistificadas do município, elaborou-se um amplo acervo fotográfico, realizou-se entrevistas com sujeitos sociais envolvidos com a dinâmica turística local e, ainda, elaborou-se e aplicou-se uma matriz de estudo dos possíveis impactos do ecoturismo e do turismo de aventura na área estudada.

Na análise dos conceitos fundamentais da pesquisa, pode-se observar que já há uma ampla discussão teórica sobre os temas abordados neste estudo: turismo, ecoturismo, turismo de aventura, além de termos específicos tomados emprestados da Geografia, tais como: serra, chapada, paisagem e outros.

Porém, ao realizar a descrição da área estudada, observou-se maior escassez de dados, o que não chegou a comprometer a pesquisa, pois a coleta de dados primários supriu a carência de estudos sobre a área pesquisada.

Do ponto de vista teórico, há uma grande profusão de termos que, por vezes, pode confundir o público leigo quanto ao que de fato significa “esportes radicais”, “esportes de

aventura”, “turismo de aventura” e até mesmo mesclar estes termos entre si e com outros semelhantes.

A falta de clareza conceitual é um elemento que deve de fato motivar novos estudos sobre esta temática, sobretudo em um país como o Brasil, que por sua grande dimensão territorial e diversificação de paisagens, permite distintas formas de uso de suas potencialidades turísticas.

A partir do balanço conceitual, foi possível perceber que para compreender o turismo é necessário entender aspectos relacionados ao ser humano e seu habitat, bem como o seu legado cultural e as vocações turísticas regionais/locais. Ou seja, as propensões de determinados segmentos do turismo, as potencialidades regionais/locais bem como as demandas setoriais derivam diretamente desta relação espaço-sociedade, que deve ser entendida a partir de um olhar crítico e centrado na busca do equilíbrio socioambiental.

Em campo, observou-se a simultaneidade das práticas de ecoturismo e do turismo de aventura; a consolidação desses segmentos de forma relativamente bem planejada desde o ponto de vista operacional; ampliação das ações de reflorestamento, ocupação da mão de obra local não especializada, entre outros. .

Também foi possível perceber alguns aspectos a serem melhorados, ou corrigidos, como: distanciamento da população residente em relação à área turística no sentido de não se apropriarem dos serviços que poderiam ser ofertados por eles; a necessidade de campanha de sensibilização ambiental mais intensa; necessidade de capacitação da mão-de-obra local para ampliar o grau de empregabilidade dos residentes; maior espalhamento dos usos turísticos de Tianguá para evitar o estrangulamento futuro de Vila Acarape, entre outros.

Com base nos estudos realizados, entende-se que Tianguá está em fase de consolidação de sua imagem e de seu produto turístico. O município possui potencial e possibilidades de expansão de sua oferta, mas deve-se atentar para o fato de que não se deve transformar o ecoturismo e o turismo de aventura em atividades inadequadamente massificadas. Caso isso ocorra, graves processos de degradação poderão ocorrer.

Portanto, diante dessa constatação, medidas podem ser operacionalizadas no sentido de se criar estratégias adequadas de planejamento e gestão do espaço turístico para que se estabeleça uma relação sinérgica entre toda a oferta existente no município e, inclusive, articulando-a com a oferta de outros locais, na busca de criação de roteiros regionais.

Quanto ao artesanato, verificou-se que existiu necessidade inicial de políticas públicas de estímulo à produção das mais diversas formas de artesanato no município, a fim de promover a geração de renda para os residentes, mas especialmente estimular o avivamento da cultura do lugar, possibilitando a sobrevivência da memória da população tianguaense.

Sobre a cultura popular, percebeu-se que há algumas experiências bem sucedidas de implementação das suas práticas, portanto, entende-se como mais um item a ser organizado e entendido em suas possibilidades de multiplicação em outros espaços do município. Sabendo que o assunto não se esgota em si mesmo, acredita-se que há diante de um breve estudo, realizado algumas descobertas que contribuirão para possíveis soluções. Isso sem negar que outros questionamentos surgirão a partir do exposto.

A Geografia local proporciona a aventura e a contemplação, onde os visitantes podem vislumbrar elementos cênicos muito particulares e agradáveis da paisagem local. Para manter esta potencialidade atraente para novos visitantes, os usuários dos equipamentos e seus proprietários se esforçam em manter a área conservada, com baixos índices de degradação ambiental.

Uma atenção muito especial foi dada à Vila Acarape, onde há forte concentração da oferta local. Esta comunidade possui forte potencial turístico para acolher viajantes interessados na prática de esportes radicais. Prova disso, é a instalação do capital turístico no entorno das áreas com maior vocação para abrigar estas atividades esportivas e recreativas.

Um fato considerável é o de que na Vila Acarape, o ecoturismo e o turismo de aventura são atividades que ocorrem simultaneamente, mesmo sendo evidente que isto não ocorre em todos os destinos turísticos onde estes segmentos se fazem presente. Ressalta-se ainda que no local pesquisado, o turismo vem trazendo benefícios para os moradores e de fato tem colaborado para a manutenção do equilíbrio ecológico local, ainda que impactos possam ser claramente vislumbrados.

Diante dos achados indetificados durante a realização as fundamentação teórica, das visitas *in loco*, bem como da realização da análise de impacto do turismo, ousou-se propor sugestões para o turismo sustentável em Tianguá. Neste sentido, foram demarcados três grupos envolvidos no turismo, o poder público, os empreendedores do turismo, bem como os residentes.

Por fim, convém recomendar que novas pesquisas sejam realizadas na Chapada de Ibiapaba, para que outros municípios possam ter suas potencialidades turísticas estudadas. Acredita-se que com a contribuição da ciência, o planejamento regional será potencializado caso os gestores os levem em consideração, pois os sujeitos sociais locais estarão mais servidos de dados confiáveis e comprometidos com a conservação ambiental, com a valorização paisagística, com a perpetuação dos traços culturais existentes na chapada.

6 REFERÊNCIAS

Ab'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. ATELIE. 2007.

ALTMANN, A. A compensação financeira pela preservação e recuperação da mata ciliar como instrumento de gestão ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 13. n. 49, p. 11-26. jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Sumarios/d89f323c509692e3b38fe0d724925e39_0a044b4e25face825a57385c6e3aa0cd.pdf>. Acesso em: 25. mai. 2013.

ANSARAH, M. G. R.; PANOSSO NETTO, A. A segmentação dos mercados como objeto de estudo do turismo. In: VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, F.S.; MARTINS, F.R.; SHEPHERD, G.J. Variações estruturais e florísticas do carrasco no planalto de Ibiapaba, Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Biologia**, v. 59, p. 663-678, abr. 1999.

ARAÚJO, J. B. C. Produção Orgânica de Acerola: Garantia de Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental para Agricultores Familiares da Serra da Ibiapaba-Ceará. IV Congresso Brasileiro de Agroecologia. II Congresso Latino-Americano de Agroecologia, 2009, Curitiba, **Anais...** Paraná: 2009. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAT-2010/11514/1/AT09079.pdf>> Acesso em: 25. Mai. 2013.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Análise estrutural do Turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BENTO, L. C. M. e RODRIGUES, S. C. **Geomorfologia Fluvial e Geoturismo- O Potencial Turístico de Quedas D'água do Município de Indianópolis, Minas Gerais**. Campinas. v. 2 N. 1 Jun. 2009. Disponível em: http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v2_n1.pdf. Acesso em: 05 nov. 2012.

BEZERRA, L. G. **Coisas da imaginação**. Meio Norte. Tianguá, CE. 2007.

BUENO, F. P. Educação ambiental aplicada ao ecoturismo nas unidades de conservação do pólo de ecoturismo da ilha de Santa Catarina. RS. **Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. 20, jan. a jun. de 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art6v20.pdf>> Acesso em: 28. dez. 2012.

BUTERY NETO, B, GICOVATE, G. M. Turismo e natureza: identificação de possíveis impactos ambientais na trilha de acesso ao Pico da Bandeira – Parque Nacional do Caparão (MG). 2005. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Turismo). Curso de Turismo, Faculdade Estácio de Sá de Vitória, Vitória, 2005.

CARVALHO, A. J. S. **Esportes na natureza: estratégias de ensino do Canionismo para pessoas com deficiência visual** 2005. 182 f. Dissertação de (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamento da educação. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2004. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/livro_ieab.pdf> Acesso em: 04. Out. 2013.

CARVALHO, P. M. SENTIDOS DO SABER E DO FAZER DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo sobre as concepções dos professores. In: I Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente. Progresso, consumo e natureza – Desafios ao Homem. 2010. Disponível em:
<http://www.ceped.ueg.br/snma/conteudo/trabalhos/2010/comunicacao_oral/sentidos_saber_fazer_docente_educacao_ambiental_carvalho_2010.pdf>. Acesso em: 04. Out. 2013.

CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. *Implicaciones epistemológicas en la investigación turística. Estudios y Perspectivas en Turismo*. Vol. 20, n.2, p.384-403, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eyp/v20n2/v20n2a07.pdf>>. Acesso em: 08, set. 2013.

CETREDE - Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional. A Serra de Ibiapaba. Estratégia para um plano de desenvolvimento (Uma abordagem setorial). Trabalho prático do II curso de planejamento regional de desenvolvimento. UFC-BNB-MINTER-SUDENE. 1976.

CHARLIER, R. Cultura Popular, revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 16, 1995. p. 177-192. < bibliotecadigital.fgv.br> Acesso em: 02. fev. 2013.

CIVILIS, V. **Sociedade e Ecoturismo**. Na trilha do desenvolvimento sustentável. Peirópolis, SP: 2003.

CLAUDINO-SALES, V.; LIRA, M.V. Megageomorfologia do Noroeste do Ceará: Glint de Ibiapaba, Superfície de Aplainamento e Maciços Cristalinos em Questão. In: III Encontro Latino-Americano de Geomorfologia/VIII SINAGEO, 2010, Recife. v. 1. p. 1-15. 2010.

CNE. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO nº 18, de 9 de abril de 2007. Diário oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. nº 197, quinta-feira, 11 de outubro de 2007. Seção 1, p. 107.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Lei nº 9795/1999 , 27 abr. 1999 - Diário oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 28/04/1999. p. 1.

_____. Resolução Conama nº 01/86. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 28. mar. 2013.

CORIOLOANO, L. N. Ecoturismo e a contribuição ao turismo de comunidades no Ceará. IN: RAMOS, S. P. (org.) Planejamento de roteiros turísticos. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2012.

_____. Ecoturismo e contribuição ao desenvolvimento sustentável em comunidades - Ceará – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Nº 47 Especial. EGAL, 2011- Costa Rica. p. 1-19 II semestre. 2011.

COSTA, J.T.A.; SILVA, L.A.; MELO, F.I.O. Efeitos do turno de rega e cobertura morta na cultura do alho na Serra de Ibiapaba, Ceará. I. Umidade e temperatura do solo. **Ciência Agrônômica**, v. 28, n. 1, p. 70-84, 1997.

COSTA, R. N. S. *et al.* Identificação de unidades de solo em parte da Chapada de Ibiapaba (CE): por meio de imagem de satélite HRV-SPOT. In: Seminário brasileiro de sensoriamento remoto, 7, **Anais...**, 1993. P. 200-201.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, M. E.; ARMESTO, R. C. G.; ADAMY, A. Origem das Paisagens. In: **Geodiversidade do Brasil – Conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro**. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

Decreto s/n.º de 26 de novembro de 1996. Brasília, 26 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/120947/decreto-96>>. Acesso em: 20. out. 2013.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo**. Campinas, Alínea, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 20 out. 2013.

DUQUE, J. G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4. ed., Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FERREIRA, L. F. e COUTINHO, M. do C. B. **ECOTURISMO: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília: MMA/SCA/PROECOTUR, 2002.

FPVL, Federação Portuguesa de Voo Livre. Manual de parapente. Disponível em: <http://www.fpvl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=47>. Acesso em: 14 out. 2013.

FREDERICO, I. B.; BRUHNS, H. T. O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez, 2012.

GASPAR, J. B.; SOUSA, A. N. P. e MAGALHÃES, A. A. F. **Tianguá... Raízes de sua história e de sua cultura**. Norte., Tianguá, CE, 2007.

GÓES-SOUZA K.R.; COSTA, V.C. A análise ambiental integrada norteando o planejamento Ecoturístico: uma proposta de estudo de caso em Duas Barras (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, jan/abr-2012.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 8. ed., atual. e ampliada. Rio de Janeiro. Bertrán Brasil, 2010.

HOLANDA, F. X. U. **Desenvolvimento rural no Ceará e o Projeto Cédula da Terra: inclusão social ou um cavalo de Tróia?** Brasília: Nead/MDA, 1999.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e deficiência visual**. 2009.100 f. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em turismo). Universidade de Caxias do Sul, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Estudos e Pesquisas Informação Econômica número 13. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_comp_ecotur.pdf>. Acesso em: 20. out. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14. Dez. 2012.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. rev. e ampl. Pioneira Thompson Learning, São Paulo – SP: 2003.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**. Perfil básico do município de Tianguá. 2012. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Tiangua.pdf. Acesso em 03. fev. 2013.

JACOBI, P. Desenvolvimento sustentável e educação- caminhos e desafios. 2004. Disponível em: <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_desenv.%20sust,%20educ%20-2004.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2013.

KELLER, P. Uma Nova Maneira de Ver o Turismo Global. (IN) TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi, *et al.* ANÁLISES REGIONAIS E GLOBAIS DO TURISMO BRASILEIRO. ROCA, São Paulo: 2005.

LAGE, B. H. G. e MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA JÚNIOR, J. H. A Prática do Ecoturismo em Propriedades Rurais, **Especielize**. Revista *on line*. 2012. Disponível em: <http://ipog.edu.br/uploads/arquivos/249a166f2a93fe357e4a6845c127bac7.pdf>. Acesso em: 20. abr. 2013.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: SIPEQ, 2004.

MARINHO, A. Turismo e aventura: refletindo sobre novas sensibilidades na busca pela natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n.1, 2010. p.141-144. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/91/33>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Rev. Brasil. Est. Pop.** [on line]. São Paulo, vol. 24, n. 2. Jul./Dez. 2007. p. 181-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982007000200002&lang=pt>. Acesso em: 16. jul. 2013.

MATSUSHIMA, K. Dilema contemporâneo e educação ambiental: Uma abordagem arquetípica e holística. **Em aberto**. Brasília, v.10, n. 49, p. 15-33, jan./mar. 1991. [on line]. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/756/677>>. Acesso em: 13 jun.2013.

MENDES. A.M. S. *et al.* ECOTURISMO, PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: algumas considerações. **Revista ACTA Geográfica**, v.1, n.2, jul./dez. p.105-109, 2007.

MOREIRA, J.C. Geoturismo: Uma abordagem histórico-conceitual. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – UAM., São Paulo, SP. 2009.

MOURÃO, R. M. F. Manual de melhores práticas para o ecoturismo: Ecoturismo e Turismo Sustentável. Rio de Janeiro: FUNBIO Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

MTUR, Ministério do Turismo, Ecoturismo: orientações básicas. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: MTUR, 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf. Acesso em: 27. Jul. 2013.

_____. Módulo Operacional 4: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/modulo_operacional_4_elaboracao_do_plano_estrategico_de_desenvolvimento_do_turismo_regional.pdf>. Acesso em: 09. Set. 2013.

_____. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 07 09 2013.

_____. Turismo de aventura: orientações básicas, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Aventura_Orientaxes_Bxlicas.pdf>. Acesso em 22. mar. 2013.

_____. Segmentação do turismo e o mercado. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 26. jul. 2013.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, Úrsula Azevedo e MANTESSO-NETO, V. **GeoTurismo: um novo segmento do Turismo no Brasil**. Global Turismo, v.3, n. 2. p. 14, 2007.

_____. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

NEIMAN, Z. A Educação Ambiental por meio do contato dirigido com a natureza. 2007. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

NEIMAN, Z. RABINOVICH, A. A Educação Ambiental por meio do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 2. p. 77-101, mês. 2008.

NUNES, A. **O presente e o futuro de Tianguá**. Global. Sobral, CE. 2008.

OLIVEIRA FILHO, R. C.; MONTEIRO, M. S. L. Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v.20, n.2, pag. ago. 2009.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Handbook on tourism product development. Published by the World Tourism Organization (UNWTO) and the European Travel Commission (ETC). Madrid: OMT, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2899>. Acesso em 12 jan. 2013.

_____. Organización Mundial del Turismo. Ecoturismo y áreas protegidas. 2012. Disponível em: < <http://www2.unwto.org/es/search/node/ecoturismo>>. Acesso em 27. dez. 2012.

PAIXÃO, A. J. , COSTA, M. L. V. Esporte de aventura e turismo de aventura: aproximações e distânciamentos. **Revista Digital, Buenos Aires**, v.14, n.139, p. 1. dez. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd139/esporte-de-aventura-e-turismo-de-aventura.htm>>. Acesso em: 09. Set. 2013.

PAIXÃO, J. A, *et al* . Práticas aventureiras e situações de risco no voo livre: uma análise a partir do conceito de redoma sensorial. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 672 – 581. jul./set. 2010.

PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F. T.; JAGER, M. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. **Turismo em Análise**, v. 22, p. 539-560, dez. 2011. Disponível em: <<http://turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/252/137>>. Acesso em: 26. jul. 2013.

PEDRINI, A. G. A educação ambiental no ecoturismo brasileiro – passado e futuro. In: SEABRA, G.(org.) **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

PIMENTEL, G. G. Ritos e risco na prática do vôo livre. **Movimento**. Porto Alegre, v. 14, n. 03, p. 13-32, setembro/dezembro de 2008.

PIRES, P. S. Entendendo o ecoturismo In: TRIGO, L. G. G. (org). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo SP: Roca, 2005.

PINHEIRO, A. F. Uma análise dos fatores favoráveis à prática do turismo de aventura no município de Quixadá – CE. **Anais... II Seminário internacional de Turismo Sustentável**. 2008.

Portaria nº 43, de 8 de junho de 2010. Diário oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. quarta-feira, 09. Jun. 2010.. Secção 01. P. 78. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5557807/pg-78-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-06-2010>>. Acesso em: 20. Out. 2013.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo rural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi(org.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo, 2005.

_____. A Aplicabilidade das Aerofotografias Amadoras em Estudos Geográficos do Turismo. In: SEABRA, G. F.; PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, Queiroz, O. T. M. M. (Org.) **Comunidades, natureza e cultura no turismo**, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

_____. Geografía Humana del bajo río Doce. Uberlândia: Assis, 2010. Disponível em: <http://assiseditora.com.br/geohumana/index.html> . Acesso em 15 de fev. 2013.

_____. Paisagem, ruralidade e funcionalidade turística. **Destarte**, Vitória, v..3, n.2, p. 01--13, out., 2013. Disponível em: <http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte>. Acessado em 19 de jan. 2014.

QUEIROZ, O. T. M. M. O meio rural e sua apropriação pelo turismo. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. e QUEIROZ, O. T. M. M. (Org). **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. Editora Universitária da UFPB, 2012.

RAMALHO, A.M.C.; Oliveira, C.A.A.; Morais, P.S.A.; Costa, S.O.P. Impactos ambientais, culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matureia (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, 2009. p. 35-56. Disponível em:

<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/12/10>. Acesso em: 21 mar. 2013.

RAMPAS DO BRASIL. Associação Brasileira de Voo livre. Disponível em: <<http://www.abvl.esp.br/index.php/rampas-do-brasil>>. Acesso em: 20. out. 2013.

RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemas, tendências e desafios**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: n.4. p. 25-39. 1985. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/viewFile/270/251>>. Acesso em 12. Ago. 2013.

_____. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SAMPAIO, C. A. C. El turismo como fenómeno histórico. Estudios y Perspectivas del Turismo, v.13, p. 290-300, 2004. **Turismo**, v.13, p. 290-302, 2004. Disponível em: <<http://estudiosenturismo.com.ar/PDF/V13/v13n3-4a06.pdf>>. Acesso em 26. Jul. 2013.

_____. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, F. L. A.; SOUSA, M. J. N. Caracterização geoambiental do planalto cuestasiforme de Ibiapaba, Ceará. **GEONORTE**, edição especial, v.2, n.4, p.301-309, 2012. Disponível em: <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_CHARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20GEOAMBIENTAL%20DO%20PLANALTO%20CUESTIFORME%20DA%20IBIAPABA%20%E2%80%93%20CEAR%C3%81.pdf>. Acesso em: 09. set. 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos 1).

SCHWARTZ, G. M. EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A GESTÃO DO NICHOS DA AVENTURA. In: Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura. 7., Congresso Internacional de Atividades de Aventura, São Paulo, p. 147-152. 2012.

SEBRAE. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. Estudo Setorial Artesanato. 2005 Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>. Acesso em: 04. Out. 2013. 14 de out de 2013.

_____. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. Estudo Setorial do turismo. 2005. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/9F1D224E351B9B688325750000638987/\\$File/NT0003A47E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/9F1D224E351B9B688325750000638987/$File/NT0003A47E.pdf)>. Acesso em: 20. out. 2013.

SILVA, C. R. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, E. V. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In: SEABRA, G.(org.) **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

SILVA, E. V.; RODRIGUEZ, J. M. M. GEOECOLOGIA DA PAISAGEM: ZONEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL EM AMBIENTES ÚMIDOS E SUBÚMIDOS. **Revista Geográfica de América Central**. Nº 47 Especial. EGAL, 2011- Costa Rica. p. 1-12., II semestre. 2011.

SOARES, A. S.; SILVA, Q. P. O ecoturismo em áreas naturais protegidas: um instrumento para a competitividade. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aracaju, v.3, n.1, p. 44-62, 2010.

SPINK, M. J. P.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica on line**, v.18, n.1, 2005, p. 26-38.

TAHARA, A. K.; CARNICELLI-FILHO, S. Análise da oferta do turismo de aventura na Costa do Cacau/Bahia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.198-211, ago. 2012.

TEIXEIRA, F. P. Gestão do Conhecimento Aplicada à Gestão Sustentável do Turismo em Parques Nacionais. 27 de julho de 2010. 231f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2010.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**, Maringá: Eduem, 2010.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

_____. Os esportes de aventura e sua interface com o turismo e o lazer. **Impulso**, Piracicaba, SP, v. 16, n. 39, 2005. P. 149-151. Disponível em:
<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp39art11.pdf>. Acesso em: 30. abr. 2013.

_____. Juventude e esportes radicais: elementos associados à esfera do lazer. **Juventude.br (Centro de Estudos e Memória da Juventude)**, v. 4, p. 43-44, dez. 2009.

VIEIRA, L. L. OLIVEIRA, I. J. Turismo, Espaço e Paisagem: Uma Abordagem Geográfica da Escolha de Destinos Turísticos na Era Digital. IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo 2012.

XAVIER, C. V. Educação Ambiental: Uma alternativa para amenizar os impactos ambientais do ecoturismo. **Revista Global Tourism**, v. 2, Nov. 2005. Disponível em:
 <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20uma%20alternativa%20para%20amenizar%20os%20impactos%20ambientais%20do%20Ecoturismo.pdf>>. Acesso em: 13. Out. 2013.